

Parlamento Digital Conceitos e Práticas

Organizadores

Cristiane Brum Bernardes

Isabele Mitozo

Sérgio Braga

Sivaldo Pereira da Silva

EDITORA



UnB



Universidade de Brasília

Reitora : Márcia Abrahão Moura
Vice-Reitor : Enrique Huelva

EDITORA



UnB

Diretora : Germana Henriques Pereira

Conselho editorial : Germana Henriques Pereira (Presidente)
Ana Flávia Magalhães Pinto
Andrey Rosenthal Schlee
César Lignelli
Fernando César Lima Leite
Gabriela Neves Delgado
Guilherme Sales Soares de Azevedo Melo
Liliane de Almeida Maia
Mônica Celeida Rabelo Nogueira
Roberto Brandão Cavalcanti
Sely Maria de Souza Costa

Parlamento Digital

Conceitos e Práticas

Organizadores

Cristiane Brum Bernardes

Isabele Mitozo

Sérgio Braga

Sivaldo Pereira da Silva

EDITORA



UnB

Coordenadora de produção editorial
Assistente editorial
Revisão
Projeto gráfico e diagramação

Equipe editorial

Marília Carolina de Moraes Florindo
Emilly Dias e Jade Luísa Martins Barbalho
Isabele Mitozo
Rede Plene Mariae Produções

© 2021 Editora Universidade de Brasília

Direitos exclusivos para esta edição:
Editora Universidade de Brasília
Centro de Vivência, Bloco A – 2ª etapa, 1º andar
Campus Darcy Ribeiro, Asa Norte, Brasília/DF
CEP: 70910-900
Site: www.editora.unb.br
E-mail: contatoeditora@unb.br

Todos os direitos reservados.
Nenhuma parte desta publicação poderá ser
armazenada ou reproduzida por qualquer
meio sem a autorização formal da Editora.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade de Brasília – BCE/UnB)

P252 Parlamento digital [recurso eletrônico] :
conceitos e práticas / organizadores, Cristiane
Brum Bernardes ... [et al.]. – Brasília : Editora
Universidade de Brasília, 2023.
449 p.

Formato PDF.
ISBN 978-65-5846-087-9.

1. Câmaras legislativas – Inovações
tecnológicas. 2. Democracia. 3. Governo
representativo e representação. I. Bernardes,
Cristiane Brum (org.).

CDU 328

Sumário

Prefácio	7
<i>Ricardo Fabrino Mendonça</i>	
Apresentação	11
<i>Cristiane Bernardes, Isabele Mitozo, Sérgio Braga e Sivaldo Pereira da Silva</i>	
Parte I	
Dimensões conceituais e teóricas do Parlamento Digital	
Capítulo 1	
Inovações digitais para os Parlamentos: Pesquisa e Prática	17
<i>Cristiane Bernardes e Isabele Mitozo</i>	
Capítulo 2	
Sobre o campo do Parlamento Digital	49
<i>Wilson Gomes</i>	
Capítulo 3	
Democracia híbrida: novas possibilidades de democratizar a democracia	93
<i>André Sathler e Malena Rehbein</i>	
Capítulo 4	
<i>CrowdLaw</i> : Inteligência coletiva e processos legislativos	117
<i>Beth Simone Noveck</i>	
Capítulo 5	
A democracia representativa na era digital e as funções desempenhadas pelos e-parlamentos	149
<i>Sérgio Braga</i>	
Parte II	
Governança digital em Parlamentos dados abertos, transparência e engajamento público	
Capítulo 6	
Transparência digital e Poder Legislativo	187
<i>Jamil Marques e Edna Miola</i>	
Capítulo 7	
Parlamento digital, Dados abertos e Transparência Legislativa	213
<i>Sivaldo Pereira da Silva</i>	
Capítulo 8	
E-Petições ao Parlamento	241
<i>Cristina Leston-Bandeira</i>	

Capítulo 9 Robôs políticos: como a inteligência artificial pode facilitar a interação entre cidadãos e parlamentares <i>Cristiano Faria</i>	267
Parte III Processo Legislativo <i>online</i> e Políticas Públicas	
Capítulo 10 Representação política, internet e instituições: uso de websites pelos deputados na Inglaterra, na Bélgica e no Brasil <i>Maria Alejandra Nicolás, Luciana Fernandes Veiga</i>	301
Capítulo 11 A experiência de <i>crowdlaw</i> no Brasil: Elaboração colaborativa online de leis na Câmara dos Deputados <i>Antonio Barros, Cristiane Bernardes, Michelle Cristina Silva</i>	321
Capítulo 12 Para além da deliberação e do engajamento: O papel dos e-parlamentos na fiscalização e no monitoramento de políticas públicas <i>Andrea Perna, Nelson Gomes dos Santos Filho, Sérgio Braga</i>	369
Capítulo 13 Participação digital na discussão constitucional: Diálogos cidadãos chilenos (2015) <i>Yanina Welp</i>	403
Capítulo 14 Considerações Finais: Uma agenda de pesquisa, reflexão e aplicações práticas em Parlamento Digital <i>Cristiane Bernardes, Isabele Mitozo, Sérgio Braga e Sivaldo Pereira da Silva</i>	427

Parte I

Dimensões conceituais
e teóricas
do Parlamento Digital

Capítulo 2

Sobre o Campo do Parlamento Digital

Wilson Gomes

1 Introdução

Na terceira década do século XXI já não há espaço para dúvida sobre o fato e a relevância dos estudos sobre as transformações digitais e estruturais da Política contemporânea, entendendo-se Política aqui, *lato sensu*, como compreendendo o subconjunto que abrange a prática política, em sentido estrito, mas também a democracia e outros regimes de governo, e, enfim, o Estado. Todavia, no conjunto das transformações digitais da Política, há muito se tem particular curiosidade e considerável interesse em um subcampo específico para o qual só muito recentemente, e ainda de forma rara, é empregada a expressão “parlamento digital”, numa proposital aproximação com “governo digital”.

Afinal, dada a natureza integrada dos elementos que compõem a comunidade política, é razoável esperar que, se o governo, entendido restritivamente como o Poder Executivo, aceleradamente se tornou online e digital, haveria de se esperar que os poderes Legislativo e Judiciário seguissem o mesmo caminho. Assim como o Ministério Público. E que, por conseguinte, o Estado digital, ou a República.com, seria a derivação final desta passagem para o digital que começa, de forma definitiva e no modelo que nós conhecemos, na primeira metade dos anos 1990 (GOMES, 2016).

Infelizmente, as coisas não se encaminharam exatamente assim, com linhas de transformações no mesmo ritmo e na mesma direção. Os campos de estudo e os fenômenos da política em sua interface com os meios ambientes e a vida digital explodiram uma variedade exuberante de linhas de pesquisa e de ocorrências que mal se consegue acompanhar. De forma semelhante, o campo da democracia digital atingiu a sua fase de maturidade e estabilidade já há alguns anos. Agora é certamente o momento do governo digital, do fenômeno e da pesquisa, em um nível de fecundidade, inovação e adoção de inovações, projetos e implementações sem precedentes históricos.

Mas, enquanto a democracia digital se estabiliza e amadurece, e a política online e o governo digital voam baixo, o Legislativo, o Judiciário e o Ministério Público movem-se em outro passo. Ou quase não se movem de forma alguma, como no caso dos dois últimos, para os quais a transformação digital é basicamente um movimento interno de informatização do trabalho e a interface digital é limitada aos operadores do mundo jurídico. Por outro lado, a relativa atrofia na interface com a cidadania que se constata na transformação digital do Judiciário e do Ministério Público é mais compreensível, considerando-se o fato de que não se tratam de instituições com vínculos de dependência com os cidadãos na sua constituição. Magistrados e membros do Ministério Público não costumam ser eleitos, nem, via de regra, é da natureza dessas instituições que os seus integrantes tenham obrigações de *accountability* vertical, de prestar contas e serem responsabilizados pelos cidadãos. Este, porém, não é o caso das instituições legislativas nem dos seus integrantes, posto que continuam vinculados por mandatos eleitorais de duração definida e que precisam ser renovados em intervalos regulares pela vontade do eleitorado, considerando-se que só podem ser bem-sucedidos nas funções que lhes incumbem as instituições democráticas se mantiverem um vínculo com os seus constituintes eleitorais que não pode ser desatado, o vínculo da representação política e das obrigações que delas decorrem.

2 As singularidades do campo

Isto não quer dizer, contudo, que a interface entre o parlamento e o mundo digital não tenha uma história bem-sucedida, apenas que se comportou diferentemente dos padrões adotados por democracia, política e governo digitais. Sob vários aspectos. O primeiro, que salta aos olhos do pesquisador, é a diferença de volume de produção. O ritmo anual neste momento, por exemplo, é de cerca de dez vezes mais publicações em governo digital do que em e-parlamento. A bibliografia de parlamento digital representa uma minúscula fração do que cumulativamente se produziu sobre governo digital, política online ou democracia digital. Mesmo temas específicos de outras áreas, como campanhas online, e-participação, deliberação digital, governo aberto,

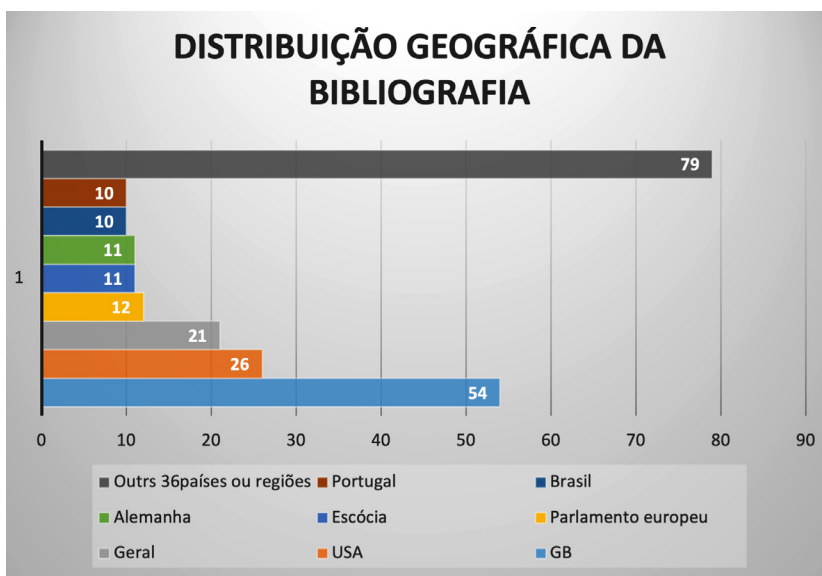
adoção de governos digitais e serviços públicos online têm uma produção anual mais intensa e um acúmulo mais volumoso de produção científica do que o e-parlamento.

Segundo, a decisão sobre em que consiste o parlamento digital é sintomaticamente menos decisiva e clara do que se passou com os outros subcampos. Democracia digital é uma evolução de democracia eletrônica, ciberdemocracia e teledemocracia, que são rótulos e modos de organização da atenção acadêmica que já se conheciam desde o final dos anos 1980 (GOMES, 2018). Governo digital descende diretamente da ideia de governo eletrônico. Por outro lado, até hoje, “digital parliament” não é uma entrada eficiente em mecanismos de buscas, e não se conhece uma forma anterior, como parlamento eletrônico ou *e-parliament* que seja muito mais eficaz para o acesso ao assunto. Além disso, a tentativa de substituir “parliament” por “congress” tampouco é lucrativa. Curiosamente, a entrada com maiores chances de sucesso é a combinação de “parlamento” + “internet”, uma fórmula que, para a maior parte dos campos paralelos, parece um retorno aos anos 1990. Recolhida a bibliografia, *e-parliament* é provavelmente a expressão mais usada, ainda assim é pouquíssimo empregada como palavra-chave das publicações. Na verdade, não há realmente palavras-chaves de uso frequente entre os pesquisadores que nos autorizem a considerar que os autores compartilhem altos níveis de auto compreensão de que há um campo de estudo comum e que ele se designa com uma terminologia consensual.

Terceiro, diferentemente dos outros subcampos da área de Política digital, em que houve notavelmente uma dispersão mundial da atenção, depois de um início americano, o tema do parlamento digital é predominantemente britânico. O parlamento de Westminster ou os seus parlamentares são objeto de quase 25% da bibliografia. Se acrescentarmos mais 5% que se ocupou especificamente do jovem parlamento escocês, 30% da literatura da área trata de parlamentares ou de instituições legislativas do Reino Unido. Um caso único no campo da política e democracia digitais, em que a prevalência dos Estados Unidos como locus dos principais fenômenos estudados é indiscutível, no tema do e-parlamento as coisas se invertem, e apenas 11% da bibliografia tem como assunto os parlamentares ou as instituições legislativas americanas. Depois

dessas duas localizações, temos 8% da bibliografia sobre questões gerais, sem aplicação geográfica específica, e depois três destaques, com 5% da atenção acadêmica cada: o Parlamento Europeu, o Bundestag alemão e o já mencionado Parlamento Escocês. Os 42% restantes se dividem por 36 países ou regiões. Além disso, os professores com mais títulos publicados no campo, Stephen Coleman (Leeds), Cristina Leston-Bandeira (Leeds), Nigel Jackson (Plymouth) e Darren Lilleker (Bournemouth), todos atuam em universidades inglesas. Enfim, onze dentre os 20 títulos com maior impacto na área nos últimos 21 anos foram publicados por autores britânicos.

Gráfico 1: Distribuição geográfica da bibliografia



Fonte: *Elaboração própria*

A melhor hipótese disponível para explicar essa singular “hegemonia” de autores ingleses talvez seja a ideia de que, no fundo, e-parlamento seja a versão britânica do governo eletrônico, ou uma peculiar aplicação britânica dos temas da democracia digital. No primeiro caso, porque há que se considerar realisticamente o fato de que em democracias parlamentares o Poder Executivo também se localiza no parlamento, o que confere ao Parlamento

de Westminster, uma instituição com seis séculos de história (COLEMAN, 1999b), uma centralidade incomparável na política, na democracia e no governo britânico. Não seria de surpreender, portanto, dado o contraste entre democracias parlamentaristas e sistemas presidencialistas, que a digitalização das instituições parlamentares e dos vínculos de representação não apenas seja um fenômeno típico desta forma de organização do poder político como também constitua a sua versão das preocupações mais gerais com política, democracia e governo. No segundo caso, porque há um notável número de ferramentas e projetos de participação e de deliberação públicas específicas da democracia digital, como consultas (e-consultation) e petições (e-petitions) públicas digitais, que constituem uma peculiaridade da democracia parlamentarista britânica, particularmente em Westminster e no jovem Parlamento Escocês, que, criado em 1999, é tipicamente um nativo digital.

Considerando o que aqui se descreve, ganha sentido a pergunta se existe realmente um campo do parlamento online ou se ele, simplesmente, consiste em aplicações de governo e democracia digital em democracias parlamentaristas. A isso voltaremos, mas podemos antecipar algumas objeções a este argumento. O primeiro deles é que, apesar da inegável centralidade britânica, o título mais citado no campo (GOLBECK; GRIMES; ROGERS, 2010) é sobre congressistas americanos no Twitter. Além disso, há um consistente, embora minoritário, número de trabalhos sobre problemas e questões de e-representação, interações entre parlamentares e eleitorado, e sobre comportamento de parlamentares online enquanto membros de uma instituição parlamentar mesmo em regimes políticos presidencialistas. A bibliografia sobre o Congresso Nacional brasileiro, por exemplo, não faz feio no conjunto e rivaliza em volume com a produção sobre o Bundestag alemão (parlamentarista) e a Assembleia Nacional portuguesa (semi-presidencialista). Por fim, o argumento definitivo é que, mesmo considerando-se as peculiaridades das democracias parlamentares, ainda mais as grandes e consolidadas, o Poder Legislativo existe em toda forma republicana de governo, com problemas e desafios que, *mutatis mutandis*, são os mesmos de qualquer instituição parlamentar frente a uma sociedade altamente digitalizada e a cidadãos aparelhados digitalmente para fazer demandas, exercer pressões e buscar valer a própria vontade. Parlamentos, Congressos, Assembleias Legislativas, Câmaras

Municipais, e todo o sistema político que orbita ao redor deles, são componentes essenciais da experiência da democracia liberal contemporânea, não importa o sistema de governo em que se localizem.

Estando o parlamento ao centro da vida política nacional, como em regimes de democracia parlamentarista, ou constituindo um dos polos da vida pública, como em regimes presidencialistas e semipresidencialistas, ele está sendo definitivamente desafiado. Primeiramente, desafiado a acompanhar as sucessivas revoluções digitais dos últimos trinta anos que afetou a inteira vida da sociedade de que faz parte. Cidadãos digitalmente habilitados em sociedades quase completamente digitalizadas exigem para ontem a transformação digital das instituições políticas do Estado, do mesmo modo como demandam esse mesmo tipo de transformação do comércio, da produção, do emprego, da cultura, do entretenimento, das interações sociais. Além disso, o parlamento do século XXI é desafiado também a se confrontar com um tipo diferente de cidadãos, avulsos ou organizados, de setores da sociedade com interesses específicos e de organismos sociais que, dotados de recursos digitais já consideravelmente normalizados, estão habilitados a novos modos de formação da opinião e da vontade públicas, a novas formas de pressão sobre governos, parlamentos e instituições da Justiça, a novas experiências de participação e colaboração nas funções que, até então, são vistas como prerrogativas exclusivas do Poder Legislativo. Não é questão de querer, os parlamentos em sociedades democráticas altamente digitalizadas não têm escolha a não ser fazer frente ao desafio ou se tornarem irrelevantes.

3 O que se pretende e como

Este capítulo pretende visitar a bibliografia até aqui produzida sobre a transformação digital do parlamento, começando com a ideia do parlamento da idade da internet, no final dos anos 1990, para a atividade parlamentar baseada em TIC's e, depois, na web 2.0, dos anos 2000 e início da década de 2010, chegando, enfim, à ideia de e-parlamento. O objetivo é, de algum modo, mapear os estágios de maturidade refletidos tanto na compreensão do fenômeno do parlamento digital como no desenvolvimento de ferramentas e projetos para a e-democracia parlamentarista, acompanhando a cronologia das publicações nos últimos vinte e poucos anos.

A minha base de referência será um *corpus* de bibliografia composto por 205 publicações sobre parlamento digital, um conjunto de metadados bibliográficos que venho acumulando desde 2012, a que cheguei através de variados tipos de busca de fontes científicas: Google acadêmico, Mendeley, mecanismos de buscas das grandes editoras científicas e repositórios de Humanidades (Elsevier, Taylor & Francis, Oxford Academic, IOS Press, Sage, Wiley, Cambridge, Esmerald, IGI, SSRN). As buscas sempre se basearam em um termo de referência “*parliament*” ou “*congress*” (e suas versões) mais variações de palavras-chaves (internet, online, digital, new media, social media, TIC) ou acréscimo do prefixo “e-“. Em seguida, veio a depuração manual por meio da leitura de todos os resumos e, quando necessário, da publicação. Esta depuração foi conduzida, naturalmente, por decisões conceituais que afetam a dimensão do *corpus* analisado.

O conceito minimalista de parlamento digital que orientou seleção e descarte partiu da ideia de que se trata das variadas interfaces entre as instituições legislativas, de um lado, e as tecnologias baseadas na internet, de outro, não importando como eram majoritariamente denominadas à época (*new media*, *ICT's*, *web*, *web 2.0*, *social media*, *digital media*). Em segundo lugar, se tratava também da relação entre parlamentares e tais tecnologias, mas aqui uma primeira distinção se impunha como critério de descarte. Como parlamentares com mandatos continuam sendo políticos, era preciso distinguir entre publicações sobre a adoção e o uso de tecnologias por parlamentares, ou simplesmente sobre parlamentares online, e não meramente sobre adoção e uso de tecnologias por políticos ou sobre a presença e a atividade online de políticos. Distinção muito difícil na prática, mas que faz sentido, pois apenas no primeiro grupo de publicações o político é considerado enquanto membro do parlamento e a sua presença online têm uma correlação direta com a sua atividade de representante e as suas funções como membro de uma instituição legislativa. Assim, foi tomada a distinção delicada – e complicada – de que “políticos online” é política digital, enquanto “parlamentares online” é componente do parlamento digital. Foi assim que se chegou às 205 publicações, entre julho de 1999 e junho de 2020, em que se baseia a análise a seguir.

4 A organização do campo do parlamento digital

Até 1999, era a pré-história. Temos alguns poucos artigos esparsos em que não havia nem sombra do que hoje se tornou a digitalização da vida social. O primeiro artigo por mim detectado com alguma interface com o tema é de um funcionário da Câmara dos Estados Unidos (*House of Representatives*) que descrevia, com otimismo, como o Congresso americano estava usando bancos de dados com informações on-line para formular políticas públicas e sistemas de rastreamento de correspondência. Encantado, o autor enunciava que

Há dez anos, poucos legisladores americanos estavam familiarizados com terminais de computador. Hoje o Congresso dos Estados Unidos provavelmente reúne a maior concentração mundial de formuladores de políticas usando sistemas online (GREGORY, 1979, p. 355).

Estamos em 1979 e a computação doméstica ainda não se divisava no horizonte, mas Gregory descrevia com fervor a inovação do sistema de votos eletrônicos, implantado na *House* em 1973, e das telas para acompanhamento de votações implantados como pilotos nos gabinetes de sete senadores, tudo isso “representando uma ruptura radical com as tradições da augusta instituição”.

Com isso, cortamos para 1995, momento do início da massificação da internet, quando já tínhamos computadores domésticos (ou “pessoais”, como se dizia) com interface digital (Windows) e, com eles, uma conexão ao que se chamava então de “rede mundial de computadores” também com interface digital (a *web*). O artigo de Davies e Jegu (1995) é a descrição de uma ferramenta, chamada OVIDE (*Organisation du Videotex du Député Européen*) que era um sistema europeu de comunicação e acesso à informação por correio eletrônico utilizado pelos membros e funcionários do Parlamento Europeu. O artigo apresenta esta ferramenta de comunicação, mas também discute “a utilização do OVIDE para preencher a lacuna entre os cidadãos e os processos democráticos” (DAVIES; JEGU, 1995). Já se colocava aqui o problema mais recorrente do e-parlamento: *enfim, encontramos uma forma de suprir o déficit de interação entre os órgãos legislativos e os cidadãos?* Nessa mesma linha, o livro de Chris Casey, de 1996, oferece-se como um guia “para os vários

recursos da Internet do Poder Legislativo” (CASEY, 1996) existentes à época no Congresso americano. Naturalmente, estão lá registrados os clássicos do momento, o e-mail e as *homepages*.

Entretanto, a pesquisa sobre a digitalização de instituições parlamentares em sentido próprio acabou de passar dos vinte aninhos. Acho que não será difícil de concordar em estabelecer como marco da investigação sobre “o parlamento na era da internet” um número monográfico (nº 3, de julho de 1999) da revista britânica *Parliamentary Affairs*, que reuniu 12 artigos e mais uma introdução dos organizadores, os professores S. Coleman, J. Taylor e W. van de Donk (COLEMAN; TAYLOR; VAN DE DONK, 1999). A introdução estabelece claramente o teor do “*core*” da pesquisa na interface entre parlamento e internet ali exatamente na passagem do milênio, com uma afirmação de notável bom senso: como quer que se julguem os efeitos das tecnologias da informação e da comunicação para a democracia, em geral, e para a representação política em particular, o fato é que “as TIC’s estão cada vez mais, para o bem ou para o mal, afetando o processo parlamentar”, estão cada vez mais “sendo incorporadas em uma variedade de formas democráticas, incluindo processos de democracia parlamentarista”. É preciso, então, se ocupar delas, examinar os seus impactos e os seus usos. Estava dado o mote.

Aqui se impõe de imediato uma observação de natureza sociológica sobre a pesquisa em parlamento na era das comunicações digitais: diferentemente da área de democracia digital, que foi promovida por documentos oficiais, grandes discursos públicos e livros de utopia sociológico sobre o deslumbrante mundo novo da internet pró-social, antes de se tornar experimentos e pesquisa acadêmica, e diversamente da área de e-política, que praticamente se faz sozinha ao redor do tema e das experiências das campanhas online, o tema do parlamento digital parece ter sido razoavelmente induzido, seja por líderes de pesquisa seja por organismos supranacionais europeus. Os indícios que sustentam esta hipótese são dois.

Em primeiro lugar, é notável o impacto sobre o volume da bibliografia de alguns números monográficos de revistas científicas britânicas. Se 1999 pode ser considerado o ano de nascimento do campo, é porque nos anos imediatamente anteriores houve a encomenda dos 13 artigos que compõem o nº

3 da revista *Parliamentary Affairs*, que é explicitamente vinculada à *Hansard Society*, organização independente britânica criada para promover, por meio de consultoria e pesquisas, a democracia parlamentarista. A história se repete em 2004, quando *Information Polity*, um periódico neerlandês, mas anglófono, publicou mais um conjunto (um editorial e mais nove artigos) de trabalhos sobre “o uso de TIC por membros do parlamento”, numa perspectiva comparativa europeia. Os trabalhos eram resultados de um edital de pesquisa da Cooperação da União Europeia em Ciência e Tecnologia, que financiou com 300.000 euros uma rede europeia de pesquisadores sobre “Governo e Democracia na Era da Informação” (HOFF *et al.*, 2004). A pesquisa envolveu 70 pesquisadores de 16 países europeus e incluíram os parlamentos que aceitaram participar da investigação (Áustria, Noruega, Portugal, Países Baixos, Dinamarca, Escócia e Alemanha). Reino Unido e França (este país, uma notável ausência nos estudos de parlamento digital até hoje) ficaram de fora.

A história se repetirá ainda algumas vezes. Em 2007, *The Journal of Legislative Studies*, periódico de estudos legislativos da Routledge, abrigou outro conjunto de artigos sobre “e-democracia parlamentarista na Europa”. Com uma introdução (DAI; NORTON, 2007a) e uma conclusão (DAI; NORTON, 2007b), cinco estudos de caso e duas análises comparativas intereuropeias. A ideia consistiu em fazer estudos comparativos sobre o “impacto das novas TICs”, como se dizia, entre quatro parlamentos (britânico, europeu, português e sueco) e que atualizassem os dados da pesquisa anterior publicada em *Information Polity*. A Universidade de Hull financiou a pesquisa sobre “O impacto dos novos meios sobre democracias parlamentares europeias”¹.

Em uma escala menor, no ano seguinte, *Information Polity* abriga um dossiê sobre “blogs políticos e democracia representativa”, com uma

1 Em junho 2007, o Oxford Internet Institute (OII), da Universidade de Oxford, foi anfitrião de uma jornada de discussões e apresentações de trabalhos, envolvendo autoridades parlamentares e pesquisadores das áreas de estudos da internet e de estudos legislativos, tendo ainda como preocupação ter convidados de diferentes países. O OII e o Centro de Estudos Legislativos da Universidade Hull foram co-organizadores. 9 trabalhos curtos foram apresentados e, depois, coligidos, acompanhados de uma introdução e uma conclusão da professora Cristina Leston-Bandeira e do professor Stephen Ward, e publicados como o Relatório do Fórum de Discussão, Nº 13, pelo OII: <https://www.oii.ox.ac.uk/archive/downloads/publications/FD13.pdf>. O autor agradece à profa. Isabele Mitozo por esta sugestão.

introdução (COLEMAN; WRIGHT, 2008) e mais sete artigos. Note-se, por fim, que o prof. Stephen Coleman é coautor de todas as introduções dessas coletâneas até então.

Em 2012, último evento desta natureza que consegui detectar, a editora online IGI Global publica uma coletânea com nada menos que 18 trabalhos sobre “e-parlamento e legislação baseada em TIC” (SOBACI, 2012a), cujo editor é o professor turco Mehmet Sobaci. As intenções revelam que já haviam alcançado um notável grau de maturidade acerca de como se delimitava o campo do e-parlamento: o impacto das tecnologias baseadas na internet “na estrutura do parlamento, em suas funções e relações com outros atores, e no processo legislativo”. A perspectiva adotada é consideravelmente menos eurocêntrica que as anteriores, posto que a indução da pesquisa temática neste caso se situa em torno do Centro Global de Tecnologias da Informação e da Comunicação no Parlamento (GCIP - *Global Center on ICT in Parliament*) (SOBACI, 2012b), uma iniciativa conjunta do Departamento das Nações Unidas para Assuntos Econômicos e Sociais (UN DESA), da União Interparlamentar (IPU), com o apoio de alguns parlamentos nacionais e regionais mundo afora.

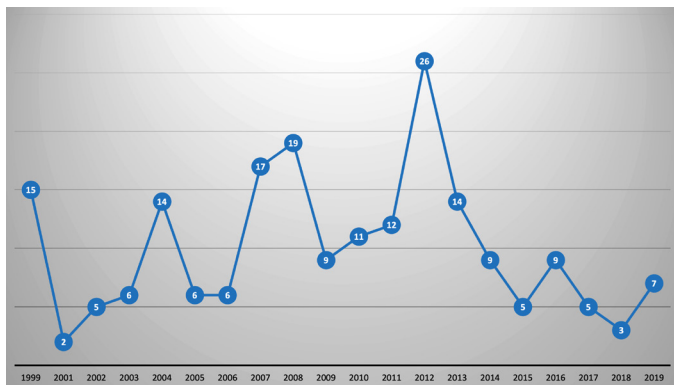
O centro havia sido lançado por ocasião da Cúpula Mundial da Sociedade da Informação (WSIS), em Tunis, em 2005. Aliás, a IPU continua a lançar, conjuntamente ou não com a UN DESA, por meio ou não do GCIP, desde 2007, Relatórios Mundiais sobre E-Parlamento (GLOBAL CENTER FOR ICT IN PARLIAMENT, 2010, 2012; INTER-PARLIAMENTARY UNION; DESA, 2008a, 2008b; INTER-PARLIAMENTARY UNION; WILLIAMSON, 2016, 2018). De toda sorte, fica claro que a IPU está desde a metade dos anos 2000 comprometida com o objetivo de promover o uso de tecnologias de comunicação pelos parlamentos mundo afora, para modernizar os processos dentro das instituições legislativas, mas também para incrementar a prestação de contas horizontal inerente à atividade parlamentar, bem como a transparência e a participação dos cidadãos no processo legislativo.

Assim, do final de 1999 e durante praticamente toda a década seguinte, tivemos, por assim dizer, uma parceria entre, de um lado, instituições dedicadas ao desenvolvimento das democracias parlamentares, como a britânica *Hansard Society*, e organismos internacionais e multilaterais, como a IPU, a

União Europeia ou até mesmo a OCDE (OECD, 2004), e, de outro, pesquisadores dos campos da comunicação política e dos estudos legislativos, principalmente. Ambos os grupos estavam interessados na promoção da transformação digital das instituições legislativas e das atitudes e comportamentos dos representantes parlamentares.

Não conheço, contudo, uma publicação que trate da influência de instituições na formação do campo da democracia digital. Essas são influências presumidas a partir das singularidades nas publicações. O que, naturalmente, não oferece garantias suficientes para afirmar que não houve outras tentativas institucionais de indução do campo, sem que tenha deixado vestígios na bibliografia. De toda sorte, o impacto destas ações proativas identificadas se verifica na distribuição da bibliografia ao longo dos anos. Note-se no gráfico abaixo os picos na produção de literatura em 1999, 2004, 2007, 2008 e 2012.

Gráfico 2: Produção da literatura ao longo do tempo



Fonte: *Elaboração própria.*

5 Os estágios de maturidade e os contextos tecnológicos

A história da bibliografia indica que o entendimento do que poderia derivar da adoção e do uso de tecnologias digitais por instituições e integrantes das casas legislativas variou consideravelmente ao longo dos anos. Assim como variou profundamente a compreensão daquilo a que estamos chamando, da maneira mais genérica possível, de tecnologias digitais. Vou tentar resumir nesta

seção essas duas histórias, paralelas e entrelaçadas, de autoconsciência: uma relacionada ao que deveria resultar para o parlamento e para os parlamentares de um uso intenso de meios ligados à internet, outra pertinente à compreensão do que se trata, afinal de contas, quando falamos de novos meios digitais.

Para fins didáticos, considero que a história da literatura neste campo reflete vários estágios de maturidade, que, além disso, podem ser dispostos em duas escalas diferentes, para fins de organização do nosso olhar: uma escala em que o foco se concentra no parlamentar, outra em que se tem em consideração o parlamento ou a instituição legislativa.

No que concerne à interface entre o parlamentar e a tecnologia digital, os estágios de maturidade refletidos na bibliografia podem ser resumidos como segue:

1. A informatização das atividades do parlamentar e da instituição;
2. A presença digital básica (web) e a interação elementar (e-mail) do parlamentar com o eleitorado;
3. A atividade online incipiente (em mídias sociais) e eventual (fóruns), e a interação online moderada com o público;
4. A atividade online regular (em web 2.0 e mídias sociais);
5. Uma atividade online regular em plataformas e mídias digitais, em geral, a que se acrescenta uma busca mais ativa por usar ferramentas de e-parlamento, por contribuir com a deliberação pública online e por algum tipo de *accountability* digitalmente mediada.

No que diz respeito aos estágios de maturidade com relação ao impacto da adoção de tecnologias pelos parlamentos, teremos o seguinte:

1. Informatização das atividades internas e da interação com os cidadãos;
2. E-Serviços parlamentares (na prestação de informações sobre parlamentos, parlamentares e o processo legislativo *in fieri*) e digitalização avançada das atividades parlamentares;
3. Ferramentas e projetos que permitem a chegada, o tratamento e a consideração de inputs ou contribuições provenientes dos cidadãos (consultas públicas e petições), que possibilitam tanto a reação dos cidadãos a demandas do parlamento quanto iniciativas dos cidadãos que comprometam o parlamento a considerá-las e as responder;

4. Ferramentas e projetos que demandem e permitam colaboração dos cidadãos no processo de produção de leis, nas audiências das comissões especiais regulares e nas CPIs, o que já implica o compartilhamento de poder, além de ferramentas de dados abertos parlamentares e de e-transparência parlamentar em todos os níveis.

6 Os primeiros estudos

Quando se começa a publicar sobre o parlamento na era da internet, no final dos anos 1990, o contexto consistia nas primeiras experiências de adoção e uso de tecnologias digitais por instituições e parlamentares, e as questões fundamentais giravam em torno de avaliação de impactos presentes e estimativas de efeitos em perspectiva. O contexto de desenvolvimento tecnológico e do seu uso era a maturação do que poderíamos chamar de fase 2 da disseminação da internet.

A fase 1, entre o final dos anos 1980 e 1994-1995, pode ser sintetizada por três passos:

- a) A adoção da computação “pessoal” (por meio dos microcomputadores ou PCs) e a integração entre o uso de computadores em casa e nos ambientes de trabalhos com a então chamada “rede mundial de computadores”;
- b) A invenção da interface gráfica para o uso de microcomputadores (o Windows) no início dos anos 1990;
- c) A inovação e popularização da interface gráfica de internet (a *Web*), logo em seguida.

Estes fatos permitiram a massificação do uso de microcomputadores e de internet, fase 2, que começa por volta de 1995 e se estende até metade da década seguinte. Em 1999, um percentual expressivo das pessoas já está online e pronto para a fase seguinte, baseada em tecnologias móveis, redes sociais e web 2.0, embora esta expansão não fosse homogênea e surgissem as desigualdades na adoção, a chamada digital *divide*. Uma das lacunas importantes no momento interfere severamente para atrasar a adoção e o uso das “novas tecnologias” pelos parlamentares: a idade. Pessoas mais velhas relutavam na

adoção, ou por não verem sentido no modismo, ou não adquirirem tão facilmente as habilidades para lidar com os novos dispositivos, e tinham dificuldade em acompanhar o passo da sociedade, liderada pelos mais jovens.

Naquele momento, as questões de pesquisa por trás das publicações, explícitas ou implícitas, sustentavam indagações sociológicas, tais como: Terão os parlamentares e as instituições legislativas a capacidade de acompanhar a sociedade em sua marcha para a adoção das ferramentas que a internet coloca à disposição? Quão distantes estão os níveis de adoção dos parlamentares e parlamentos, de um lado, e o da sociedade, do mundo dos negócios e da prática política, de outro? Quais são efetivamente as barreiras que dificultam a adoção?

Perguntas sociológicas seguidas ou precedidas por indagações normativas, como seria de esperar: mas, afinal, a incorporação dos recursos digitais é uma meta a ser perseguida pelos parlamentos e por seus membros? O que resultaria como recompensa, em termos de impactos sociais e democráticos, para os parlamentares e suas instituições e para os cidadãos em geral da adoção de novas tecnologias? Que aspecto poderia ou deveria assumir, considerando principalmente efeitos pró-democracia, um parlamento e um parlamentar que incorporassem, da forma mais intensa possível, os recursos proporcionados pela internet?

Algumas dessas perguntas, naturalmente, mantêm-se até hoje e têm servido para sustentar a agenda da ideia de e-parlamento. As respostas a elas é que mudam de acordo com os estágios de maturidade das experiências de adoção e uso de tecnologias e das teorias que as acompanham. Na fase 2 do uso social dos recursos baseados na internet, as respostas típicas vêm em primeiro lugar na forma de prospecções: Sobre como as instituições parlamentares e os seus membros estão usando a internet (uma expressão típica da época é “a internet e o e-mail”) para divulgar informações e interagir com os eleitores (BARBOUR, 1999; CAMPBELL; HARROP; THOMPSON, 1999; CARTER, 1999; JOHNSON, 2003; LÖFGREN; ANDERSEN; SØRENSEN, 1999; MAGAREY, 1999; VINTAR; DECMAN; KUNSTELJ, 1999); sobre como as instituições legislativas estão se informatizando e, com isso, também informatizando (e incorporando a internet, porque as duas

coisas nesta fase iam juntas) as atividades dos parlamentares e dos assessores (ALLAN, 2006; CARDOSO; CUNHA; NASCIMENTO, 2004; MAMBREY; NEUMANN; SIEVERDINGBECK, 1999); sobre como, infelizmente, os parlamentares, em vez de usar os recursos digitais para principalmente assegurar comunicação e interação com a representação do eleitorado, veem neles, sobretudo, janelas de oportunidades para o marketing político, para a autopromoção e para a construção de imagem (GULATI, 2004; LIPINSKI; NEDDENRIEP, 2004; OWEN; DAVIS; STRICKLER, 1999).

No que tange à tecnologia que se tem mente (ou às “novas TICs”, como se dizia), estamos em um momento em que as inovações são o e-mail e o website (CARTER, 1999; CHAPPELET, 2004; HALSTEAD, 2002; JOHNSON, 2003; TAYLOR; BURT, 1999). Embora seja forçoso admitir que mesmo depois que e-mail e *websites* haviam sido incorporados completamente à paisagem, por volta de 2005, muitos autores continuaram presos ao exame da ação desses dispositivos por parlamentares (GOODCHILD; OPPENHEIM; CLEEVE, 2007; WARD; LUSOLI, 2005). Este último aspecto é um indício de um fenômeno importante: nem todas as instituições parlamentares se movem na mesma velocidade na adoção de tecnologias, de forma que, embora os corredores de elite possam ter mudado de estágio, haverá sempre blocos e medianos e até retardatários, devidamente documentados pela pesquisa (DEMIRBAS, 2012; GRIFFITH; LESTON-BANDEIRA, 2012; OLASINA, 2014; OLASINA; MUTULA, 2015; YILDIZ; SUMBAS; DEDE, 2012).

Em que pese o valor de prospecções e diagnósticos do estado da arte da adoção de tecnologias, o que mantém firme a proa na fase mais incipiente de difusão de uma inovação são os estudos sobre perspectivas do parlamento no futuro. São as análises com um maior teor normativo, que colocam no futuro as esperanças sobre o que poderá vir a ser um parlamento que incorpore ao máximo os recursos oferecidos pela internet. Nesse sentido, temos esforços de reconstrução histórica da experiência parlamentar ou da adoção de tecnologias pelas instituições parlamentares que, convenientemente, reservam um promissor lugar à mesa para usos futuros possíveis e fecundos dos recursos digitais (COLEMAN, 1999a; HOWES, 2001). Ou que adotam a perspectiva de que o “déficit democrático” – um inventário de problemas que Estados democráticos

enfrentam, da baixa participação dos cidadãos nos negócios públicos a um sentido de desconexão entre esfera civil e esfera política – poderá finalmente ser suplementado por mais e-democracia e mais e-parlamento (COLEMAN; TAYLOR; VAN DE DONK, 1999; SMITH, 1999). Ou, enfim, quem aposta que desenvolvimentos da tecnologia da informação que estão ocorrendo agora, à medida que avança a “sociedade da informação”, outra expressão da época, terá certamente influência sobre os parlamentos, posto que, acredita-se, mudanças de infraestrutura de comunicação mudarão a dinâmica da democracia (COLEMAN; SPILLER, 2003; FRANTZICH, 2004; MULDER, 1999).

7 Os estudos intermediários

A fase 3 do uso da tecnologia pela sociedade se dá por meio de alguns fenômenos que se dão no meio da década de 2000:

- a) A web 2.0, chamada “colaborativa”, baseada em ações realizadas pelo “usuário” online;
- b) A rápida adoção dos serviços de redes sociais, primeiramente apoiados em sites e, depois, em aplicativos (o Facebook e o Orkut são de 2004, o Twitter, de 2006);
- c) A disseminação de outros serviços de mídias sociais (o YouTube é de 2005, o WhatsApp, de 2009);
- d) O deslocamento da internet “para fora” dos microcomputadores, agora chamados *desktops*, na direção dos dispositivos móveis: o MacBook é de 2006, o iPhone é de 2006, o Android, de 2008.

Temos, então, a partir de 2004 pelo menos, uma acelerada transformação digital da sociedade: o estado social de hiperconexão como condição para uma internet portátil e ubíqua; uma conexão (a própria ideia de internet, como um bloco, se dissolve e fragmenta) móvel, portátil e baseada em aplicativos; a formação de ambientes sociais digitais, com fluxo constante de *upload* e *download* de informações e mensagens (agora sintetizadas na noção de “conteúdo”), a alimentação dos espaços digitais por meio de frequente publicação, do envolvimento com a publicação dos outros e da disseminação.

As instituições legislativas e parlamentares mudaram igualmente para um outro estágio de maturidade na adoção das tecnologias digitais. No segundo

estágio de maturidade, do ponto de vista dos parlamentares, há uma adoção mais intensa e mais qualificada dos recursos de internet que já se conhecia, *websites*, e o uso de novos recursos, como boletins informativos eletrônicos (*newsletters*) e *blogs*. Os parlamentares mais ousados em termos de adoção mantêm um pé firme na web baseada em sites e navegações, enquanto põem outro pé com resolução nos recursos da *web 2.0*, colaborativa. É o momento de avaliações da evolução do uso de *websites* por parlamentares e do impacto sobre suas funções típicas ao longo do tempo (JARVIS; WILKERSON, 2006; WARD; LUSOLI, 2005).

Os websites passam a ser instrumentos de outras funções, para além de serem uma mera “presença online” do parlamentar, entre funções tradicionais de democracias parlamentares consolidadas, como a transformação digital dos chamados serviços aos eleitores/distritos eleitorais (*constituency services*) e novas funções, como as campanhas permanentes (JACKSON, 2003). Ou permitem que surjam novos fenômenos, como os notados por Thomas Zittel (2003), que, analisando o usos de *web* pessoais dos deputados em duas democracias parlamentares e em um sistema presidencialista, constata uma espécie de desintermediação partidária, uma vez que os sites permitem aos parlamentares contornar organizações intermediárias como os partidos políticos e estabelecer uma relação direta com seus constituintes.

Para além do padrão já consolidado de análise de *websites*, estabelece-se também a pesquisa baseada em sondagens de opinião e entrevistas em profundidade com parlamentares, com assessores parlamentares (COLEMAN, 2006) e, enfim, com os cidadãos. *Surveys* aplicadas aos cidadãos irão permitir, por exemplo, a compreensão de que o envolvimento entre cidadãos e parlamentares mediado por tecnologias baseadas na internet só se desenvolverá para estágios realmente produtivos se houver uma mudança na “cultura de representação” (LUSOLI, 2005) e não apenas mais e melhores ferramentas.

E temos os usos de novas ferramentas, como fóruns eletrônicos de discussão (EDWARDS, 2008; SHAHIN; NEUHOLD, 2007), boletins informativos eletrônicos (JACKSON, 2006, 2008; KOOP; MARLAND, 2012;

UMIT, 2017) e, a estrela deste estágio, os blogs parlamentares (COLEMAN; MOSS, 2008; COLEMAN; WRIGHT, 2008; FRANCOLI; WARD, 2008; WRIGHT, 2008).

O uso de serviços e plataformas para redes digitais, em particular, e de mídias sociais, em geral, por parte de parlamentos e de parlamentares, é um sinal de um estágio mais amadurecido de adoção de recursos digitais. É verdade que na fase *web 2.0* mesmo os sites evoluíram para se tornar não apenas dispositivos em que um dos lados, o proprietário, publica informações, sugere ações e busca envolver os usuários, como na fase inicial, mas recursos que cada vez mais permitem o registro das opiniões dos seus frequentadores, bem como possibilitam formas básicas de deliberação entre eles. Os espaços para comentários e os vários tipos de fórum de discussão e de *chats* foram incorporados aos recursos dos sites institucionais justamente para esse fim, apesar de um uso polarizado, belicoso e desonesto (para disseminar *fake news*, por exemplo) ter desencorajado a oferta de tais dispositivos recentemente. De toda sorte, os sites permanecem instrumentos de comunicação predominantemente unidirecionais, a não ser quando incluem propositalmente ferramentas de participação ou deliberação.

8 Os meios digitais sociais entram em campo

Já as plataformas de redes digitais e de mídias sociais são um outro tipo de jogo. Na forma de perfis e contas, ainda cabe aos parlamentares ou às instituições a prerrogativa de publicar e até de usar filtros e outros instrumentos de moderação para decidir quem os lê e quem com eles pode interagir, mas, isto é uma parte menor do que acontece nos ambientes digitais criados sobre as plataformas. A própria ideia de um ambiente social digital significa que as pessoas não estão ali simplesmente na condição de consumidores de publicações alheias, mas também na condição de participantes de uma arena política onde se formam opiniões por meio do atrito de pensamento, onde se apresentam e se disputam as interpretações dos fatos, onde circulam narrativas, fantasias e temores e onde, enfim, busca-se, mais do que conhecimento da atualidade, uma identidade política, isto é, afetos e reconhecimento digitais por parte de um grupo de referências, reforço de pontos de vista e estímulos para a conformação tribal.

Nos ambientes digitais que se estabelecem sobre as plataformas, não temos mais leitores ou espectadores, temos cidadãos reunidos em público para consumir, discutir, alterar informações, mas também (talvez, sobretudo) para dar opiniões, defender pontos de vista, brigar por ideias e preferências, encontrar uma rede para, a partir dela, construir e manter uma identidade política, para, enfim, ver e serem vistos, falar e serem considerados no que dizem. Por isso mesmo, a presença de parlamentares e instituições do Legislativo em arenas e ambientes digitais foi e continua sendo vista como um movimento importante.

No que diz respeito à adoção e ao uso de plataformas digitais por parte de parlamentares, há que se distinguir cuidadosamente três tipos de bibliografia. Antes de tudo, há a literatura sobre políticos online, enorme e crescente, com uma interface muito grande com o subcampo das campanhas eleitorais digitais. Este *corpus* não é objeto deste capítulo, como já frisamos. Depois, tem-se um conjunto expressivo de bibliografia sobre a presença digital de parlamentares, que se distribui em dois grupos, a partir de um critério que considero decisivo, isto é, o nível em que estão implicadas questões de e-representação ou outras funções específicas do mandatário enquanto representante eleito. Assim, temos um corpo de literatura em que questões de e-representação, ou dos impactos das novas infraestruturas tecnológicas e dos novos usos sociais das tecnologias sobre a representação parlamentar, são tangenciadas, a maioria, e outras em que este é um aspecto importante da análise.

No primeiro subgrupo dos estudos pertinentes à área de parlamento digital, destaca-se o artigo de Jennifer Golbeck e seus colegas da Universidade de Maryland sobre parlamentares americanos no Twitter (GOLBECK; GRIMES; ROGERS, 2010). O destaque se dá pelo fato de que este é, de longe, o artigo mais citado nas buscas sobre “parliament + internet”. Apesar de ser um artigo sobre parlamentares online, a ideia de que ali se consolida um canal importante de comunicação direta entre parlamentares e cidadãos está bem presente.

Por outro lado, se entre 2008 e 2011, os blogs de parlamentares emergiram e desapareceram da atenção dos pesquisadores, 2010 foi ano do Twitter (GRANT; MOON; BUSBY GRANT, 2010; GULATI; WILLIAMS, 2010; MISSINGHAM, 2010), com a diferença de que esta continua, até hoje, sendo

a plataforma predileta para o estudo da presença digital dos parlamentares em meios sociais digitais. A forma mais comum dos estudos sobre parlamentares no Twitter responde a perguntas de pesquisa sobre o que fazem os parlamentares online em uma plataforma digital, sobretudo na busca por formas de conexão, interação ou envolvimento com os cidadãos, tanto singularmente (AGARWAL; SASTRY; WOOD, 2019; GOLBECK; GRIMES; ROGERS, 2010; HEMPHILL; OTTERBACHER; SHAPIRO, 2013; SCHERPEREEL; WOHLGEMUTH; SCHMELZINGER, 2017), quanto como membros de bancadas (ADI; ERICKSON; LILLEKER, 2014).

Além disso, temos análises que procuram identificar tipologias de uso bastante complexas e, eventualmente, contêm críticas porque a utilização predominante é incapaz de atender aos requisitos mais exigentes da democracia (BAXTER; MARCELLA; O'SHEA, 2016; JACKSON; LILLEKER, 2011; MARQUES; AQUINO; MIOLA, 2014a, 2014b; SÆBØ, 2011).

Por fim, temos análises de adoção e dos tipos de uso das plataformas por integrantes das casas legislativas, que buscam testar hipóteses mais específicas e singulares sobre:

- Variáveis políticas, pessoais e distritais que permitam a previsão do tipo de uso do Twitter por parlamentares (STRAUS *et al.*, 2013).
- O impacto das interações horizontais (ou redes) entre os parlamentares, por exemplo, alterando as dinâmicas tradicionais de lideranças parlamentares (ESTEVE DEL VALLE; BORGE BRAVO, 2018); ou facilitando os vínculos interpartidários, de modo a erodir de certo modo as relações partidárias tradicionais entre os parlamentares (MCLOUGHLIN *et al.*, 2020); influenciando os seus comportamentos de voto no plenário (PENG *et al.*, 2016);
- Como integrantes dos parlamentos se comportam singularmente online durante períodos eleitorais em uma democracia fortemente centrada nos partidos (SVENSSON; LARSSON, 2016);
- De que forma o uso desta plataforma oferece uma oportunidade para que o parlamentar produza um "discurso autêntico", quer dizer, um "discurso espontâneo, não ensaiado", que, no contexto de crise atual na comunicação pública, pode ser um componente importante na reconstrução da confiança nos políticos (MARGARETTEN; GABER, 2014).

Naturalmente, há também trabalhos sobre o Facebook (GEBER; SCHERER, 2015; LEV-ON; PORAT; LEHMAN-WILZIG, 2017; STEINFELD; LEV-ON, 2020), ou sobre as duas plataformas – Twitter e Facebook – consideradas ao mesmo tempo (GLASSMAN; STRAUS; SHOGAN, 2013; LESTON-BANDEIRA; BENDER, 2013), com hipóteses teóricas ou com tipologias de uso ou de impactos que são igualmente fecundas. Outras plataformas ou meios sociais digitais, curiosamente, parecem não ter sido ainda explorados.

9 As ferramentas institucionais do parlamento digital

Do ponto de vista do parlamento, o estágio seguinte é a fase das ferramentas digitais construídas ou adotadas pelas instituições legislativas para dar conta de projetos ou iniciativas de democracia digital. Neste contexto, certamente, destacam-se os projetos de consulta online e de petição eletrônica, adotados já desde o início da década de 2000, e que foram documentados mais precocemente e por mais tempo no Reino Unido, tanto em Westminster quanto no jovem Parlamento Escocês. Ann Macintosh e colegas analisaram, ainda na primeira fase dos estudos, o desempenho das ferramentas *e-consultant* e do *e-petitioner* na Escócia em 2002 (MACINTOSH; MALINA; FARRELL, 2002; MACINTOSH; MALINA; WHYTE, 2002). Na verdade, é mais do que uma prospecção por pesquisadores independentes, uma vez que o *International Tele-democracy Centre* (ITC) dirigido por Macintosh e sediado na Edinburgh Napier University, era ao tempo um centro de pesquisa e desenvolvimento computacional de projetos, e foi ele mesmo a trabalhar em parceria com o Parlamento Escocês para desenvolver, acompanhar e avaliar as iniciativas de consulta online e de petições eletrônicas. O ITC foi fundado no mesmo ano (1999) que o Parlamento Escocês, e apoiou desde o início a estruturação digital e baseada em ferramentas de e-participação civil em particular, e de e-democracia em geral. Nesse sentido, foi por anos peça-chave na promoção e apoio em desenvolvimento de projetos de parlamento e governos digitais, pelo menos até 2007, quando a professora Macintosh muda-se para Leeds, para dirigir, juntamente com Stephen Coleman, o *Centre for Digital Citizenship*.

Em 2004, o próprio Coleman já publicava uma avaliação, em uma perspectiva de fortalecimento da democracia representativa via tecnologias digitais, das consultas parlamentares online no Reino Unido (COLEMAN, 2004), e a própria OCDE já registrava e estimulava consultas públicas participativas nos seus países membros (OECD, 2004). Desde então, tornaram-se um tema central do campo a formulação e a discussão de questões relacionadas a uso, adoção e impacto sobre os parlamentos e sobre a representação política de ferramentas de peticionamento eletrônico de iniciativa das instituições legislativas (ASHER; LESTON-BANDEIRA; SPAISER, 2019; CARMAN, 2014; ESCHER; RIEHM, 2017; LESTON-BANDEIRA, 2019; LINDNER; RIEHM, 2009, 2011; MILLER, 2008; SAALFELD; DOBMEIER, 2012), com destaque para os parlamentos do Reino Unido, da Escócia e da Alemanha. O mesmo pode ser dito, numa escala menor, dos projetos de consulta online (CHEN, 2002; MURRAY, 2013; PEARCE, 2001; XENAKIS; LOUKIS, 2010) criados por parlamentos, bem como das ferramentas ditas de “facilitação de contato” entre cidadãos e parlamentares como as plataformas WriteToThem.com do Reino Unido e Abgeordnetenwatch.de da Alemanha (ESCHER, 2013; PAUTZ, 2010, 2018).

Neste estágio, os pesquisadores de comunicação política e de estudos legislativos, que predominam no campo, ganham a companhia de estudiosos da área de computação, interessados no desenvolvimento e na avaliação de ferramentas de e-participação e de e-deliberação para aplicações parlamentares. Aparentemente, a própria União Europeia havia começado a financiar o desenvolvimento de vários sistemas eletrônicos para permitir que as instituições legislativas assimilassem as contribuições dos cidadãos ao trabalho legislativo, inclusive ferramentas de legislação colaborativa ou e-legislation (LOUKIS *et al.*, 2007; LOUKIS; XENAKIS, 2008; LOUKIS; XENAKIS; CHARALABIDIS, 2010; XENAKIS; LOUKIS, 2010). A se destacar aqui, do ponto de vista institucional, a contribuição de pesquisadores gregos, da área de Engenharia de Sistemas de Informação e Comunicação da Universidade do Egeu, como os professores Loukis Euripides e Yannis Charalabidis, já muito reconhecidos nos campos do governo digital e da e-participação.

Entretanto, o panorama é mais diversificado do que parece. Há estudos sobre ferramentas de e-legislação no parlamento tailandês (KANTHAWONGS; LEE, 2007), no parlamento europeu (KARLSSON, 2012), nas Filipinas (BORRA *et al.*, 2011), na Estônia (GLENCROSS, 2009), em Ruanda (KABALISA *et al.*, 2016) e, claro, no Brasil (FARIA; REHBEIN, 2016; PERNA; BRAGA, 2011). Há experiências com tecnologias wik (AHMADOVA, 2011) e com e-transparência no e-parlamento (PAPALOI; GOUSCOS, 2013). E ainda temos abordagens de parlamentos específicos e reflexões gerais sobre novas gerações de ferramentas (PAPALOI; GOUSCOS, 2011, 2012; SCHERER *et al.*, 2009).

10 O ponto em que estamos

O estágio de maior maturidade conceitual com relação ao que poderia advir da incorporação de recursos da internet por instituições legislativas, por parlamentares e pelo público para se envolver com o Legislativo e com os representantes eleitos, se alcançou aos poucos e, naturalmente, como estagnações e avanços. Num estágio ainda incipiente de maturação da concepção do que se esperava de parlamentares e parlamentos usando a internet, tudo o que se via eram “tecnologias da comunicação e da informação”, as TICs, ou “novos meios de comunicação” (*new media*). O que se chamava de internet ou “tecnologias de internet” ou simplesmente “*web*”, eram instrumentos. A perspectiva adotada, portanto, era instrumental.

Instrumentos são recursos que você emprega para realizar uma tarefa ou executar uma ação, mas, enquanto a ideia de que se deve sempre servir-se de equipamentos e utensílios se mantém verdadeira, este ou aquele instrumento em particular não são essenciais para que as coisas aconteçam. Antes do e-mail havia o *mail*, a carta, antes do *chat* havia o telefone, antes do fórum eletrônico haviam as reuniões, antes do site havia o panfleto, o cartaz, a mala-direta. Novos instrumentos podem tornar as coisas mais fáceis, mas antes deles também se faziam as coisas e depois deles teremos outros e mais outros instrumentos, pois o essencial mesmo é quem faz as coisas e as coisas que precisam ser feitas, não os meios para conseguir isto. Em uma perspectiva instrumental, matérias como modernização, aumento da eficiência e progresso são importantes, para quem os valoriza, mas não estão em questão mudanças sistêmicas de atitude e de padrões de comportamento,

muito menos mudanças estruturais profundas, como a exploração das novas possibilidades de compartilhamento de poder com o cidadão, abertas pelas novas infraestruturas e ambientes digitais. Assim, assuntos básicos sobre adesão e uso, ou de difusão de inovações, podem muito bem refletir uma perspectiva instrumental acerca das novas tecnologias de comunicação que, tendencialmente, substituiriam as antigas que precisem ser substituídas, mas sempre sem mexer nas práticas e nos ritos essenciais, nas prerrogativas tradicionais, nas funções inerentes.

Enquanto os pesquisadores “cartógrafos” documentavam os avanços e as estagnações na difusão das inovações e na sua adoção por parlamentares e cidadãos, os pesquisadores “projetistas” procuravam imaginar tendências e distinguir entre aquelas que lhes pareciam que se desenvolveriam naturalmente, dado o estado das coisas no mundo, daquelas que necessitariam de um empurrãozinho, não apenas porque poderiam não acontecer sem um esforço de indução, mas, sobretudo, porque à luz de valores e requisitos da democracia elas precisavam acontecer. Ainda assim, contudo, cartógrafos e projetistas poderiam adotar uma perspectiva instrumental, os primeiros mensurando a quantas anda a incorporação das TICs e dos *new media* no trabalho parlamentar ou nas interfaces adotadas pelas instituições legislativas, enquanto os segundos tentavam indicar usos relevantes das TICs para produzir mais envolvimento público, mais prestação de contas, mais comunicação desintermediada com os cidadãos.

Foram os projetistas, porém, os que mais rapidamente entenderam que uma perspectiva instrumental precisava ceder o passo para uma perspectiva de transformação estrutural. Que “a internet” não era um meio de comunicação, nem um conjunto de instrumentos de comunicação, mas uma das condições de possibilidade da nossa existência no mundo. Que, na verdade, nem fazia mais sentido se falar de “a internet”, porque a hiperconexão como condição, o processamento de dados e informações, as redes digitais de contatos, interações e confianças, os fluxos incessantes de downloads e uploads, tudo isso se dissolvia no nosso ambiente vital naturalizado e crescentemente tratado como se fizesse parte da paisagem. Assim, saltamos do conceito de internet instrumental para a compreensão de que os recursos digitais de conexão e convivência são ambientais em pouco mais de uma década. Nem sempre os pesquisadores do campo foram capazes de acompanhar, nem todos o foram, mas muitos, sim.

Quais então seriam as linhas de pensamento com consequências mais avançadas a respeito do nosso tema?

Podem-se destacar, em primeiro lugar, algumas poucas tentativas de considerar a questão do e-parlamento de um ponto de vista não convencional. O modo habitual de considerar a incorporação da internet pelo parlamento e por parlamentares tem como foco um dos lados do balcão, o lado dos representantes e das instituições legislativas. Daí a insistência em manter as perguntas de pesquisa em torno da adoção, do uso e da difusão de inovações dentre parlamentos e parlamentares. Sim, as preocupações sempre foram sobre “como resolver o déficit democrático”, como se dizia nos anos 1990 e início dos anos 2000, por meio de tecnologias interativas. Assim como a promoção do envolvimento do público com o Legislativo ou o incentivo para que parlamentares e parlamentos aceitassem e levassem em consideração a opinião das pessoas comuns, discutissem com elas os assuntos sobre os quais deveriam decidir, representassem de maneira mais direta os interesses por elas mesmas enunciadas, consultassem-nas sobre os assuntos em pauta ou sobre que pautas populares deveriam ser objeto da atenção parlamentar.

Contudo, mesmo com relação a essas ênfases, típicas da democracia digital, pode-se alternativamente adotar uma perspectiva “parlamentocêntrica” ou centrada para o cidadão. A primeira perspectiva considera prioritariamente o modo como estruturas, características institucionais e culturais, características individuais dos parlamentares, os hábitos e as liturgias do ofício, todas essas coisas se constituem em barreiras ou incentivos à adoção de meios digitais para a e-democracia parlamentarista. Já a segunda concepção considera como interesses, motivações, grau de confiança nas instituições da política, mentalidades, características demográficas, habilidades públicas e destrezas digitais, cultura política, acessibilidade e uma série de outros fatores funcionam como barreiras e motivações para a criação ou o uso das janelas de oportunidade de o cidadão fazer valer a sua voz no e-parlamento. A primeira perspectiva faz prospecções e análises para verificar que e-parlamento as instituições legislativas estão conseguindo entregar; a segunda faz *surveys* para descobrir que e-parlamento a população gostaria que fosse entregue ou por que o que está sendo entregue não cobre exatamente as necessidades existentes.

Como disse, não são muitos os estudos que tentam inverter o vetor para considerar o ponto de vista dos cidadãos, mas os temos, sem dúvida. Embora os resultados das pesquisas não corroborem as expectativas mais otimistas, há quem tenha se esforçado para considerar a transformação digital das interações com os parlamentares do ponto de vista dos cidadãos (LUSOLI, 2005). Ou quem tenha considerado a e-representação, como forma avançada de democracia digital, em uma perspectiva *bottom-up* (GIBSON; LUSOLI; WARD, 2008).

Em segundo lugar, parece uma linha promissora aquela em que a incorporação de recursos digitais por integrantes e instituições do parlamento não se resume a uma mera inovação na interface com os cidadãos, mas que antes busca entender os seus efeitos profundos na estrutura da função parlamentar. Esta abordagem exige notável compreensão do funcionamento interno do sistema parlamentar moderno e da plethora de funções, papéis e atividades que ali se desenvolvem. Por isso, considero avançadas as abordagens que formulam e examinam hipóteses sobre a incidência do universo digital nas funções essenciais exercidas pelos parlamentares e pelas instituições legislativas que integram (JACKSON; LILLEKER, 2009; LILLEKER; JACKSON, 2009; SMITH; WEBSTER, 2008).

Em sentido muito semelhante, temos os autores que, ao estudar impactos das circunstâncias digitais no parlamento, formulam e examinam modelos de representação parlamentar (LESTON-BANDEIRA, 2012, 2019), cada um envolvendo um uso diferente da Internet a fim de cumprir um papel em particular (NORTON, 2007). Ou quem analisa ferramentas e produtos parlamentares para verificar o atendimento do requisito democrático da transparência (estamos falando da transparência no parlamento), baseado em modelos filosóficos de publicidade nos sistemas representativos (SETÄLÄ; GRÖNLUND, 2006). Por fim, nesta mesma linha, cabe mencionar estudos que escrutinam ferramentas ou recursos, mas o fazem à luz de modelos teóricos da própria instituição parlamentar, em geral (DE BARROS; BERNARDES; REHBEIN, 2016).

Em terceiro lugar, repete-se no campo do e-parlamento algo que já vem sendo notado na área de governo digital, que é uma subteorização do campo, entendida como uma excessiva concentração em descrições e medições de fenômenos empíricos em contraste com um número limitado de abordagens

de fôlego conceitual capazes de oferecer grandes quadros interpretativos. Este tipo de estudos é essencial para alinhar o Norte da pesquisa com o da transformação digital dos fenômenos, para que não percamos uma visão do todo quando mergulhamos no exame dos detalhes, para que as peças ganhem sentido em um desenho maior.

No campo do governo digital esta tendência tem levado a um crescente distanciamento entre uma bibliografia sobre ferramentas e adoção de inovações no governo da literatura sobre democracia digital, que, originalmente, deu sentido ao campo como um todo. No caso do parlamento digital, nota-se a sub-representação de uma perspectiva que concilie ou reconcilie o e-parlamento com as áreas que se movem em paralelo (principalmente, democracia e governo digitais). Por isso mesmo, devem ser apreciados os autores que mais se revelam capazes de formular a agenda de pesquisa e experimentos do e-parlamento tendo a democracia digital ao horizonte, como Stephen Coleman e a sua discussão sobre a “representação política mediada digitalmente”, ou a e-representação (COLEMAN, 2005; COLEMAN; NORRIS, 2005), e Philip Norton com o tema da e-democracia parlamentarista (DAI; NORTON, 2007b), dentre alguns outros. Assim também, devem-se valorizar as reconstruções teóricas capazes de reservar um espaço importante para o parlamento digital na cronologia da e-democracia (DUVIVIER, 2013).

Por fim, parecem-me desenvolvimentos típicos do estágio em que nos encontramos da pesquisa em democracia digital o investimento em temas subpesquisados, como as comissões de legislação das casas legislativas como novas oportunidades de uma transformação digital pró-participação civil no processo legislativo, como se vê em dois artigos recentes de professores australianos (HENDRIKS; KAY, 2019; HENDRIKS; REGAN; KAY, 2019). Ou o tema do parlamento aberto ainda não explorado no campo BORGES, 2018; COSTELLO, 2008; FARIA; REHBEIN, 2016; PAPALOI; GOUSCOS, 2013).

11 Concluindo

Para concluir, diria que, em suma, o estágio mais avançado dos estudos sobre como instituições legislativas, parlamentares e a sociedade estão usando

tecnologias para promover alterações fecundas de um ponto de vista social, eficazes e eficientes de um ponto de vista parlamentar, e relevantes de um ponto de vista democrático supõe ao menos os seguintes aspectos:

1. E-Parlamento em sentido próprio se restringe a estudos que tratem da transformação digital das instituições parlamentares ou que examinem as consequências da digitalização das interações entre parlamentares e cidadãos. Naturalmente, é possível trabalhar com um intervalo em que o ponto mais baixo comprometa as instituições parlamentares e os seus membros em algum tipo de esforço relevante na transformação das formas de interação com os cidadãos, na governança eletrônica do próprio parlamento e no trabalho parlamentar, e na digitalização dos serviços parlamentares ao cidadão. Enquanto as formas mais avançadas de e-parlamento impliquem alterações que incidam e transformem a representação política (e-representação).

2. Mudanças estruturais precisam vir depois de alterações incrementais. Não há ainda parlamento digital em uma mera perspectiva instrumental, e embora mudanças incrementais, na direção de termos instituições parlamentares mais porosas e mais bem-dispostas com respeito à colaboração civil, devam ser apreciadas, as mudanças estruturais são a meta e a esperança de uma transformação digital pró-democrática dos parlamentos ou, em outras palavras, de e-democracia parlamentarista. Mudanças incrementais supõe nos encaminhar para parlamentos melhores, mais eficientes e mais democráticos por meio de tecnologias. Uma mudança estrutural suporia instituições parlamentares e membros do parlamento seriamente comprometidos, por exemplo, com compartilhar com os cidadãos o poder de fazer leis ou de controlar o governo. Um parlamento ubíquo, centrado no cidadão, inteligente, flexível, dentre outras coisas, há de ser a utopia básica do e-parlamento.

3. Conexões à rede, ambientes digitais e até mesmo ferramentas especialmente criadas para a interação entre parlamento e sociedade, nada disso consiste mais em instrumentos de comunicação. São um ambiente de comunicação novo. A perspectiva dos “new media” e das “TIC’s” precisa ceder espaço para a era das ferramentas e dos projetos, de um ponto de vista da implementação institucional, e dos ambientes de interação digital contínua, de um ponto

de vista da interação entre parlamentares e cidadãos. Infelizmente, na prática temos visto mais políticos online do que parlamentares online (os perfis são pessoais, sem decoro nem função parlamentar).

4. Um parlamento digital, assim como um governo digital, pode funcionar em qualquer regime, mas será substancialmente diverso, em seu conceito e no modo como cumpre seus objetivos, de um parlamento digital em um regime democrático. Manter o e-parlamento o mais perto possível da e-democracia – sem, naturalmente, desprezar valores como eficiência e sustentabilidade – é condição essencial para qualificar os parlamentos de países democráticos. Isso implica manter sob a vista, na discussão da transformação digital dos parlamentos, os requisitos da democracia: o atendimento das exigências de participação, de deliberação, de compartilhamento de poder, de transparência, de abertura de dados, de pluralismo, de predomínio do cidadão comum em face dos grupos de interesse socialmente mais fortes etc.

5. Muito se espera de instituições legislativas digitalmente transformadas de forma fecunda, e eficaz em favor da democracia. Eficácia, com certeza, uma vez que digitalização há que ser sempre sinônimo de modernização de processos, mas também sustentabilidade no uso de recursos, adaptação às novas formas de existir e de se comunicar dos cidadãos, atualização de procedimentos, eficiência. E que tudo se institucionalize para que as inovações não dependam de mandatários provisórios e do movimento das marés do poder político parlamentar.

Como em tudo mais, em suma, as instituições legislativas se tornam digitais para “melhorar a vida das pessoas”, para usar uma expressão que acomoda todas as nossas esperanças e expectativas. A fecundidade é também uma demanda importante que incumbe à digitalização dos parlamentos no que tange a pessoas, processos e serviços, no sentido de produção de soluções e modelos inovadores, potencialmente indutores de novas experiências e, enfim, que criem um ambiente favorável à criatividade, à experimentação e ao crescimento de todos.

Por fim, naturalmente, como a democracia é hoje considerada parte essencial do nosso conceito de qualidade de vida, esperamos da digitalização das instituições legislativas também que ela esteja sempre comprometida com

mais democracia e melhores democracias. O que significa, dentre outras coisas, que não apenas privilegie o interesse de todos em contraste com os interesses de partes, mas que ajude a alcançar graus cada vez mais relevantes de participação e deliberação dos cidadãos nos assuntos públicos, transparência nos processos e ações no interior do Estado, justiça, equidade, liberdades, direitos etc.; enfim, uma melhoria significativa no pacote inteiro incluído na ideia de democracia liberal.

Referências

ADI, Ana; ERICKSON, Kristofer; LILLEKER, Darren G. Elite Tweets: Analyzing the Twitter Communication Patterns of Labour Party Peers in the House of Lords. *Policy & Internet*, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 1–27, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/1944-2866.POI350>

AGARWAL, Pushkal; SASTRY, Nishanth; WOOD, Edward. Tweeting MPs: Digital Engagement between Citizens and Members of Parliament in the UK. In: 2019, *International AAAI Conference On Web And Social Media (ICWSM) 2019*. [S. l.: s. n.] Disponível em: <http://arxiv.org/abs/1904.00004>

AHMADOVA, A. S. The use of Wiki technology in electronic parliament activity. In: 2011, 2011 *5th International Conference on Application of Information and Communication Technologies (AICT)*. : IEEE, 2011. p. 1–3. Disponível em: <https://doi.org/10.1109/ICAICT.2011.6110908>

ALLAN, Richard. Parliament, Elected Representatives and Technology 1997–2005—Good in Parts? *Parliamentary Affairs*, [S. l.], v. 59, n. 2, p. 360–365, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/pa/gsl007>

ASHER, Molly; LESTON-BANDEIRA, Cristina; SPAISER, Viktoria. Do Parliamentary Debates of e-Petitions Enhance Public Engagement With Parliament? An Analysis of Twitter Conversations. *Policy & Internet*, [S. l.], v. 11, n. 2, p. 149–171, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/poi3.194>

BARBOUR, Michael K. Parliament and the Internet: The Present and the Future. *Canadian Parliamentary Review*, [S. l.], v. 22, n. 3, p. 23–25, 1999.

BAXTER, Graeme; MARCELLA, Rita; O'SHEA, Mary. Members of the Scottish Parliament on Twitter: good constituency men (and women)? *Aslib Journal of Information Management*, [S. l.], v. 68, n. 4, p. 428–447, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/AJIM-02-2016-0010>.

BORGES, Leonor Calvão. Do acesso à informação aos Dados Parlamentares Abertos em Portugal. *Cadernos BAD*, [S. L.], v. 1, 2018. Disponível em: <https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/cadernos/article/view/1931/pdf>

BORRA, Allan et al. Information extraction and opinion organization for an e-legislation framework for the philippine senate. In: 2011, *Proceedings of the Conference on Human Language Technology for Development*. [S. l.: s. n.] p. 196–204. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10625/49108>

CAMPBELL, A.; HARROP, A.; THOMPSON, B. Towards the virtual Parliament - what computers can do for MPs. *Parliamentary Affairs*, [S. L.], v. 52, n. 3, p. 388–403, 1999. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/pa/52.3.388>

CARDOSO, Gustavo; CUNHA, Carlos; NASCIMENTO, Susana. Ministers of parliament and information and communication technologies as a means of horizontal and vertical communication in Western Europe. *Information Polity*, [S. L.], v. 9, n. 1,2, p. 29–40, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.3233/IP-2004-0042>

CARMAN, Christopher Jan. Barriers are Barriers: Asymmetric Participation in the Scottish Public Petitions System. *Parliamentary Affairs*, [S. L.], v. 67, n. 1, p. 151–171, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/pa/gss039>

CARTER, M. Speaking up in the Internet age: use and value of constituent e-mail and congressional web-sites. *Parliamentary Affairs*, [S. L.], v. 52, n. 3, p. 464–479, 1999. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/pa/52.3.464>

CASEY, Chris. *The Hill on the Net: Congress enters the information age*. [S. l.]: Academic Press Professional, Inc., 1996.

CHAPPELET, Jean-Loup. The appropriation of e-mail and the Internet by members of the Swiss Parliament. *Information Polity: The International Journal of Government & Democracy in the Information Age*, [S. L.], v. 9, n. 1/2, p. 89–102, 2004. Disponível em: <http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=buh&AN=14856230&site=ehost-live>

CHEN, Peter. Virtual Representation: Australian Elected Representatives and the Impact of the Internet. *The Journal of Information, Law and Technology (JILT)*, [S. L.], n. 3, 2002. Disponível em: http://www2.warwick.ac.uk/fac/soc/law/elj/jilt/2002_3/chen

COLEMAN, S.; TAYLOR, J.; VAN DE DONK, W. Parliament in the age of the Internet. *Parliamentary Affairs*, [S. L.], v. 52, n. 3, p. 365–370, 1999. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/pa/52.3.365>

COLEMAN, Stephen. The New Media and Democratic Politics. *New Media & Society*, [S. L.], v. 1, n. 1, p. 67–74, 1999 a. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1461444899001001011>

COLEMAN, Stephen. Westminster in the information age. *Parliamentary Affairs*, [S. L.], v. 52, n. 3, p. 371–387, 1999 b. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/pa/52.3.371>

COLEMAN, Stephen. Connecting Parliament to the Public via the Internet. *Information, Communication & Society*, [S. L.], v. 7, n. 1, p. 1–22, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/1369118042000208870>

COLEMAN, Stephen. New mediation and direct representation: reconceptualizing representation in the digital age. *New Media & Society*, [S. L.], v. 7, n. 2, p. 177–198, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1461444805050745>

COLEMAN, Stephen. Parliamentary communication in an age of digital interactivity. *Aslib Proceedings*, [S. L.], v. 58, n. 5, p. 371–388, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/00012530610692339>

COLEMAN, Stephen; MOSS, Giles. Governing at a distance – politicians in the blogosphere. *Information Polity*, [S. L.], v. 13, n. 1–2, p. 7–20, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.3233/IP-2008-0142>

COLEMAN, Stephen; NORRIS, Donald F. *A new agenda for e-democracy*. In: *2005, A New Agenda for E-democracy: lessons from initiatives round the world*. [S. l.: s. n.] p. 1–36. Disponível em: <https://doi.org/10.2139/ssrn.1325255>

COLEMAN, Stephen; SPILLER, Josephine. Exploring new media effects on representative democracy. *The Journal of Legislative Studies*, [S. L.], v. 9, n. 3, p. 1–16, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/1357233042000246837>.

COLEMAN, Stephen; WRIGHT, Scott. Political blogs and representative democracy. *Information Polity*, [S. L.], v. 13, n. 1–2, p. 1–6, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.3233/IP-2008-0140>

COSTELLO, Barbara J. Moving in the right direction: Developments in the online availability of full-text Congressional committee hearing transcripts. *Government Information Quarterly*, [S. L.], v. 25, n. 1, p. 104–117, 2008.

DAI, Xiudian; NORTON, Philip. The Internet and Parliamentary Democracy in Europe. *The Journal of Legislative Studies*, [S. L.], v. 13, n. 3, p. 342–353, 2007 a. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13572330701500763>

DAI, Xiudian; NORTON, Philip. Parliamentary Democracy Online: Lessons from Europe. *The Journal of Legislative Studies*, [S. l.], v. 13, n. 3, p. 477–482, 2007 b. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13572330701500946>

DAVIES, Garth W. P.; JEGU, Pierre. OVIDE and Teledemocracy. *Journal of Information Science*, [S. l.], v. 21, n. 5, p. 383, 1995. Disponível em: <https://www.learntechlib.org/p/80220>

DE BARROS, Antonio Teixeira; BERNARDES, Cristiane Brum; REHBEIN, Malena. Brazilian Parliament and digital engagement. *The Journal of Legislative Studies*, [S. l.], v. 22, n. 4, p. 540–558, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13572334.2016.1235331>

DEMIRBAS, Tolga. The Role of Parliamentary Websites in the Budget Process. In: *E-Parliament and ICT-Based Legislation*. [S. l.]: IGI Global, 2012. p. 180–196. E-book. Disponível em: <https://doi.org/10.4018/978-1-61350-329-4.ch011>

DUVIVIER, K. K. *E-Legislating*. SSRN Electronic Journal. [S. l.: s. n.]. Disponível em: <https://doi.org/10.2139/ssrn.2230124>.

EDWARDS, Arthur. What e-politicians do with words: Online communication between councillors and citizens. *Information Polity*, [S. l.], v. 13, n. 3,4, p. 233–248, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.3233/IP-2008-0150>

ESCHER, Tobias. *Does use of the Internet further democratic participation? A comparison of citizens' interactions with political representatives in the UK and Germany*. 2013. [s. l.], 2013.

ESCHER, Tobias; RIEHM, Ulrich. Petitioning the German Bundestag: Political Equality and the Role of the Internet. *Parliamentary Affairs*, [S. l.], v. 70, n. 1, p. 132–154, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/pa/gsw009>

ESTEVE DEL VALLE, Marc; BORGE BRAVO, Rosa. Leaders or Brokers? Potential Influencers in Online Parliamentary Networks. *Policy & Internet*, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 61–86, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/poi3.150>

FARIA, Cristiano; REHBEIN, Malena. Open parliament policy applied to the Brazilian Chamber of Deputies. *The Journal of Legislative Studies*, [S. l.], v. 22, n. 4, p. 559–578, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13572334.2016.1235333>

FRANCOLI, Mary; WARD, Stephen. 21st century soapboxes? MPs and their blogs. *Information Polity*, [S. l.], v. 13, n. 1–2, p. 21–39, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.3233/IP-2008-0143>

FRANTZICH, Stephen. Technology and the US Congress: Looking back and looking forward. *Information Polity*, [S. l.], v. 9, n. 1,2, p. 103–113, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.3233/IP-2004-0047>

GBER, Sarah; SCHERER, Helmut. My Voter, My Party, and Me: American and German Parliamentarians on Facebook. *Journal of Information Technology & Politics*, [S. L.], v. 12, n. 4, p. 360–377, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/19331681.2015.1101037>

GIBSON, Rachel; LUSOLI, Wainer; WARD, Stephen. The Australian public and politics on-line: Reinforcing or reinventing representation? *Australian Journal of Political Science*, [S. L.], v. 43, n. 1, p. 111–131, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/10361140701842607>

GLASSMAN, Matthew Eric; STRAUS, Jacob R.; SHOGAN, Colleen J. *Social networking and constituent communications: members' use of twitter and facebook during a two-month period in the 112th Congress*. Washington D.C.: [s. n.], 2013. Disponível em: <http://piperreport.com/wp-content/uploads/2013/04/Social-Media-Use-by-Congress-CRS-March-2013.pdf>.

GLENCROSS, Andrew R. E-Participation in the Legislative Process. *eJournal of eDemocracy & Open Government*, [S. L.], v. 1, n. 1, p. 21–29, 2009.

GLOBAL CENTER FOR ICT IN PARLIAMENT. *World e-Parliament Report 2010*. [S. l.: s. n.].

GLOBAL CENTER FOR ICT IN PARLIAMENT. *World e-Parliament Report 2012*. [S. l.: s. n.].

GOLBECK, Jennifer; GRIMES, Justin M.; ROGERS, Anthony. Twitter use by the U.S. Congress. *Journal of the American Society for Information Science and Technology*, [S. L.], v. 61, n. 8, p. n/a-n/a, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/asi.21344>

GOMES, Wilson. 20 Anos de Política, Estado e Democracia Digitais: Uma “cartografia” do campo. In: SILVA, Sivaldo Pereira da; BRAGATTO, Rachel Callai; SAMPAIO, Rafael Cardoso (org.). *Democracia digital, comunicação política e redes: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Letra & Imagem, 2016.

GOMES, Wilson. *A democracia no mundo digital: História, problemas e temas*. São Paulo: Edições Sesc, 2018. E-book. Disponível em: <https://storage.googleapis.com/stateless-inctdd-website/2019/03/e2a3d5ec-a-democracia-no-mundo-digital-wilson-gomes.pdf>

GOODCHILD, Lauren; OPPENHEIM, Charles; CLEEVE, Marigold. MPs online: an evaluative study of MPs' use of web sites. *Aslib Proceedings*, [S. L.], v. 59, n. 6, p. 565–587, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/00012530710839632>

GRANT, Will J.; MOON, Brenda; BUSBY GRANT, Janie. Digital Dialogue? Australian Politicians' use of the Social Network Tool Twitter. *Australian Journal of Political Science*, [S. l.], v. 45, n. 4, p. 579–604, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/10361146.2010.517176>

GRIFFITH, Jeffrey; LESTON-BANDEIRA, Cristina. How Are Parliaments Using New Media to Engage with Citizens? *The Journal of Legislative Studies*, [S. l.], v. 18, n. 3–4, p. 496–513, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13572334.2012.706058>.

GULATI, Girish “Jeff”. Members of Congress and Presentation of Self on the World Wide Web. *The Harvard International Journal of Press/Politics*, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 22–40, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1081180X03259758>.

GULATI, Jeff; WILLIAMS, Christine B. Communicating with Constituents in 140 Characters or Less: Twitter and the Diffusion of Technology Innovation in the United States Congress. *SSRN Electronic Journal*, [S. l.], p. 1–20, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.2139/ssrn.1628247>

HALSTEAD, Gary. MPs: cyber-men or cyber-shy? *Aslib Proceedings*, [S. l.], v. 54, n. 6, p. 385–392, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/00012530210452582>

HEMPHILL, Libby; OTTERBACHER, Jahna; SHAPIRO, Matthew. What's congress doing on twitter? In: 2013, New York, New York, USA. *Proceedings of the 2013 conference on Computer supported cooperative work - CSCW '13*. New York, New York, USA: ACM Press, 2013. p. 877. Disponível em: <https://doi.org/10.1145/2441776.2441876>

HENDRIKS, Carolyn M.; KAY, Adrian. From ‘Opening Up’ to Democratic Renewal: Deepening Public Engagement in Legislative Committees. *Government and Opposition*, [S. l.], v. 54, n. 1, p. 25–51, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/gov.2017.20>

HENDRIKS, Carolyn M.; REGAN, Sue; KAY, Adrian. Participatory Adaptation in Contemporary Parliamentary Committees in Australia. *Parliamentary Affairs*, [S. l.], v. 72, n. 2, p. 267–289, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/pa/gy005>

HOFF, Jens et al. Use of ICT by Members of Parliament. *Information Polity*, [S. l.], v. 9, n. 1,2, p. 1–4, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.3233/IP-2004-0039>

HOWES, David. e-Legislation: Law-making in the digital age. *McGill LJ*, [S. l.], v. 39, p. 39–57, 2001. Disponível em: <https://heinonline.org/HOL/LandingPage?handle=hein.journals/mcgil47&div=10&id=&page=>

INTER-PARLIAMENTARY UNION; DESA, UN. *World e-Parliament Report 2008*. [S. l.: s. n.].

INTER-PARLIAMENTARY UNION; DESA, UN. *World e-Parliament Conference 2007 and related meetings*. [S. l.: s. n.]. Disponível em: <https://www.ipu.org/our-impact/strong-parliaments/setting-standards/centre-innovation-in-parliament>.

INTER-PARLIAMENTARY UNION; WILLIAMSON, Andy. *World e-Parliament Report 2016*. [S. l.: s. n.].

INTER-PARLIAMENTARY UNION; WILLIAMSON, Andy. *World e-Parliament Report 2018*. [S. l.: s. n.].

JACKSON, Nigel. MPs and web technologies: an untapped opportunity? *Journal of Public Affairs*, [S. l.], v. 3, n. 2, p. 124–137, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/pa.141>

JACKSON, Nigel. An MP's role in the internet Era – The impact of e-newsletters. *The Journal of Legislative Studies*, [S. l.], v. 12, n. 2, p. 223–242, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13572330600739561>.

JACKSON, Nigel. MPs and their e-Newsletters: Winning Votes by Promoting Constituency Service. *The Journal of Legislative Studies*, [S. l.], v. 14, n. 4, p. 488–499, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13572330802442923>

JACKSON, Nigel A.; LILLEKER, Darren G. MPs and E-representation: Me, MySpace and I. *British Politics*, [S. l.], v. 4, n. 2, p. 236–264, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1057/bp.2009.2>

JACKSON, Nigel; LILLEKER, Darren G. Microblogging, Constituency Service and Impression Management: UK MPs and the Use of Twitter. *The Journal of Legislative Studies*, [S. l.], v. 17, n. 1, p. 86–105, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13572334.2011.545181>

JARVIS, Sharon E.; WILKERSON, Kristen. Congress on the Internet: Messages on the Homepages of the U.S. House of Representatives, 1996 and 2001. *Journal of Computer-Mediated Communication*, [S. l.], v. 10, n. 2, p. 00–00, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1083-6101.2005.tb00246.x>

JOHNSON, Dennis W. The U.S. Congress Responds to Online Communication Needs. *Journal of Political Marketing*, [S. l.], v. 2, n. 3–4, p. 235–254, 2003. Disponível em: https://doi.org/10.1300/J199v02n03_13

KABALISA, Rene *et al.* e-Tegeko: A system that will boost citizens' participation on parliamentary regulations in Rwanda. In: *2016, 2016 IEEE/ACIS 15th International Conference on Computer and Information Science (ICIS)*. : IEEE, 2016. p. 1–6. Disponível em: <https://doi.org/10.1109/ICIS.2016.7550804>

KANTHAWONGS, Penjira; LEE, S. *Enabling E-Parliament systems to enhance user engagement: A case study of the Thai Parliament. 2007.* - PhD thesis, Bangkok University, Thailand. Available at [http://tulip.bu.ac ...](http://tulip.bu.ac...), [s. l.], 2007.

KARLSSON, Martin. Connecting Citizens to the European Parliament. In: SOBACI, Mehmet Zahid (org.). *E-Parliament and ICT-Based Legislation.* [S. l.]: IGI Global, 2012. p. 80–102. E-book. Disponível em: <https://doi.org/10.4018/978-1-61350-329-4.ch006>

KOOP, Royce; MARLAND, Alex. Insiders and Outsiders: Presentation of Self on Canadian Parliamentary Websites and Newsletters. *Policy & Internet*, [S. l.], v. 4, n. 3–4, p. 112–135, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/poi3.13>. Acesso em: 7 ago. 2016.

LESTON-BANDEIRA, Cristina. Towards a Trustee Model? Parliamentary Representation in the Internet Era: The Portuguese Case. *Parliamentary Affairs*, [S. l.], v. 65, n. 2, p. 425–447, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/pa/gsr036>

LESTON-BANDEIRA, Cristina. Parliamentary petitions and public engagement: an empirical analysis of the role of e-petitions. *Policy & Politics*, [S. l.], v. 47, n. 3, p. 415–436, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1332/030557319X15579230420117>

LESTON-BANDEIRA, Cristina; BENDER, David. How deeply are parliaments engaging on social media. *Information Polity*, [S. l.], v. 18, n. 4, p. 281–197, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.3233/IP-130316>

LEV-ON, Azi; PORAT, Chen Sabag Ben; LEHMAN-WILZIG, Sam. A Facebook post is born: exploring the process of generating MPs’ social media presence. *Journal of Legislative Studies*, [S. l.], v. 23, n. 4, p. 549–565, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13572334.2017.1394738>.

LILLEKER, Darren G.; JACKSON, Nigel. Interacting and representing: can Web 2.0 enhance the roles of an MP? In: 2009, Lisboa. *ECPR Joint Sessions of Workshops - European Consortium for Political Research.* Lisboa: [s. n.], 2009. p. 1–26. Disponível em: http://eprints.bournemouth.ac.uk/21105/1/Lilleker-Jackson_ECPR_Workshop_2009_paper.pdf

LINDNER, Ralf; RIEHM, Ulrich. Electronic Petitions and Institutional Modernization. International Parliamentary E-Petition Systems in Comparative Perspective. *JeDEM - eJournal of eDemocracy and Open Government*, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 1–11, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.29379/jedem.v1i1.3>

LINDNER, Ralf; RIEHM, Ulrich. Broadening Participation Through E-Petitions? An Empirical Study of Petitions to the German Parliament. *Policy & Internet*, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 63–85, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.2202/1944-2866.1083>.

LIPINSKI, Daniel; NEDDENRIEP, Gregory. Using “New” Media to Get “Old” Media Coverage. *Harvard International Journal of Press/Politics*, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 7–21, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1081180X03259819>.

LÖFGREN, K.; ANDERSEN, Kim Viborg; SØRENSEN, M. F. The Danish parliament going virtual. *Parliamentary Affairs*, [S. l.], v. 52, n. 3, p. 493–502, 1999. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/pa/52.3.493>

LOUKIS, Euripidis et al. Development of Legislation through Electronic Support of Participation: LEX-IS. In: CUNNINGHAM, P.; CUNNINGHAM, M. (org.). *Expanding the Knowledge Society: Issues, Applications, Case Studies*. Amsterdam: IOS Press, 2007. p. 447–487.

LOUKIS, Euripidis; XENAKIS, Alexandros. Evaluating parliamentary e-participation. In: 2008, *2008 Third International Conference on Digital Information Management*. : IEEE, 2008. p. 806–812. Disponível em: <https://doi.org/10.1109/ICDIM.2008.4746839>.

LOUKIS, Euripidis; XENAKIS, Alexandros; CHARALABIDIS, Yannis. An evaluation framework for e-participation in parliaments. *International Journal of Electronic Governance*, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 25, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1504/IJEG.2010.032729>.

LUSOLI, Wainer. (Re)connecting Politics? Parliament, the Public and the Internet. *Parliamentary Affairs*, [S. l.], v. 59, n. 1, p. 24–42, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/pa/gsj010>

MACINTOSH, Ann; MALINA, Anna; FARRELL, Steve. Digital Democracy through Electronic Petitioning. In: *Advances in Digital Government*. [S. l.: s. n.]. v. 26p. 137–148. E-book. Disponível em: https://doi.org/10.1007/0-306-47374-7_8

MACINTOSH, Ann; MALINA, Anna; WHYTE, Angus. Designing E-Democracy in Scotland. *Communications*, [S. l.], v. 27, n. 2, p. 261–278, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1515/comm.27.2.261>

MAGAREY, K. The Internet and Australia parliamentary democracy. *Parliamentary Affairs*, [S. l.], v. 52, n. 3, p. 404–427, 1999. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/pa/52.3.404>

MAMBREY, P.; NEUMANN, H. P.; SIEVERDINGBECK, K. Bridging the gap between parliament and citizen - the Internet services of the Germany Bundestag. *Parliamentary Affairs*, [S. l.], v. 52, n. 3, p. 480–492, 1999. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/pa/52.3.480>

MARGARETTEN, M.; GABER, I. The Crisis in Public Communication and the Pursuit of Authenticity: An Analysis of the Twitter Feeds of Scottish MPs 2008-2010. *Parliamentary Affairs*, [S. l.], v. 67, n. 2, p. 328–350, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/pa/gss043>

MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida; AQUINO, Jakson Alves de; MIOLA, Edna. Deputados brasileiros no Twitter: um estudo quantitativo dos padrões de adoção e uso da ferramenta. *Revista Brasileira de Ciência Política*, [S. l.], n. 14, p. 201–225, 2014 a. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-335220141408>

MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida; AQUINO, Jakson Alves de; MIOLA, Edna. Parlamentares, representação política e redes sociais digitais: perfis de uso do Twitter na Câmara dos Deputados. *Opinião Pública*, [S. l.], v. 20, n. 2, p. 178–203, 2014 b. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-01912014202178>

MCLOUGHLIN, Liam et al. A tale of three tribes: UK MPs, Twitter and the EU Referendum campaign. *Information Polity*, [S. l.], v. 25, n. 1, p. 49–66, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.3233/IP-190140>

MILLER, L. e-Petitions at Westminster: the Way Forward for Democracy? *Parliamentary Affairs*, [S. l.], v. 62, n. 1, p. 162–177, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/pa/gsn044>.

MISSINGHAM, Roxanne. The Australian Parliament in the twitterverse. *Australasian Parliamentary Review*, [S. l.], v. 25, n. 1, p. 3, 2010.

MULDER, B. Parliamentary futures: re-presenting the issue information, technology and the dynamics of democracy. *Parliamentary Affairs*, [S. l.], v. 52, n. 3, p. 553–566, 1999. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/pa/52.3.553>

MURRAY, Michael. Politics at the touch of a button: An evaluation of the first ever oireachtas (irish houses of parliament) e-consultation. *Parliamentary Affairs*, [S. l.], v. 66, n. 3, p. 597–616, 2013.

NORTON, Philip. Four Models of Political Representation: British MPs and the Use of ICT. *The Journal of Legislative Studies*, [S. l.], v. 13, n. 3, p. 354–369, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13572330701500771>

OECD. *Promise and Problems of E-Democracy: Challenges of Online Citizen Engagement*. Paris: OECD, 2004. *E-book*. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/9789264019492-en>

OLASINA, Gbolahan. E-parliament services as tools for anti-corruption and transparency. *International Journal of Electronic Governance*, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 27, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1504/IJEG.2014.065083>.

OLASINA, Gbolahan; MUTULA, Stephen. The influence of national culture on the performance expectancy of e-parliament adoption. *Behaviour & Information Technology*, [S. l.], v. 34, n. 5, p. 492–505, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/0144929X.2014.1003326>

OWEN, D.; DAVIS, R.; STRICKLER, V. J. Congress and the Internet. *The Harvard International Journal of Press/Politics*, [S. l.], v. 4, n. 2, p. 10–29, 1999. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1081180X99004002003>

PAPALOI, Aspasia; GOUSCOS, Dimitris. E-Parliaments and Novel Parliament-to-Citizen services. *JeDEM/ eJournal of eDemocracy and Open Government*, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 80–98, 2011. Disponível em: <http://www.jedem.org>

PAPALOI, Aspasia; GOUSCOS, Dimitris. An Overview of E-Parliament Services. In: SOBACI, Mehmet Zahid (org.). *E-Parliament and ICT-Based Legislation*. [S. l.]: IGI Global, 2012. p. 13–31. E-book. Disponível em: <https://doi.org/10.4018/978-1-61350-329-4.ch002>

PAPALOI, Aspasia; GOUSCOS, Dimitris. Parliamentary Information Visualization as a Means for Legislative Transparency and Citizen Empowerment? *JeDEM - eJournal of eDemocracy and Open Government*, [S. l.], v. 5, n. 2, p. 174–186, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.29379/jedem.v5i2.222>

PAUTZ, Hartwig. The Internet, Political Participation and Election Turnout
 A Case Study of Germany's www.abgeordnetenwatch.de. *German Politics & Society*, [S. l.], v. 28, n. 3, p. 156–175, 2010. Disponível em: <http://openurl.ingenta.com/content/xref?genre=article&issn=1045-0300&volume=28&issue=3&page=156>

PAUTZ, Hartwig. Digital Communication and Representational Interactivity: an Analysis of www.WriteToThem.com in Scotland. *Parliamentary Affairs*, [S. l.], v. 71, n. 1, p. 103–123, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/pa/gsx015>

PEARCE, Sarah. E-Democracy: Consultations in the UK Parliament. In: 2001, *Congress on Innovations for an e-Society*. [S. l.: s. n.] p. 1–6. Disponível em: <http://www.itas.fzk.de/eng/e-society/preprints/egovernance/Pearce.pdf>

PENG, Tai-Quan *et al.* Follower-Followee Network, Communication Networks, and Vote Agreement of the U.S. Members of Congress. *Communication Research*, [S. l.], v. 43, n. 7, p. 996–1024, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0093650214559601>

PERNA, Andréa; BRAGA, Sérgio. The invisible side of political participation: E-participation mechanisms and information management in Latin American parliaments. In: *E-Parliament and ICT-Based Legislation: Concept, Experiences and Lessons*. [S. l.]: IGI

Global, 2011. p. 237–257. E-book. Disponível em: <https://doi.org/10.4018/978-1-61350-329-4.ch014>

SAALFELD, Thomas; DOBMEIER, Ralf. The Bundestag and German Citizens: More Communication, Growing Distance. *The Journal of Legislative Studies*, [S. l.], v. 18, n. 3–4, p. 314–333, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13572334.2012.706047>

SÆBØ, Øystein. Understanding Twitter’ use among parliament representatives: A genre analysis. In: 2011, *Lecture Notes in Computer Science (including subseries Lecture Notes in Artificial Intelligence and Lecture Notes in Bioinformatics)*. [S. l.: s. n.] p. 1–12.

SCHERER, Sabrina *et al.* Enabling eParticipation of the Youth in the Public Debate on Legislation in Austria: A Critical Reflection. In: MACINTOSH, Ann; TAMBOURIS, Efthimios (org.). *Electronic Participation. ePart 2009. Lecture Notes in Computer Science, vol 5694*. Berlin / Heidelberg: Springer, 2009. p. 151–162. E-book. Disponível em: https://doi.org/10.1007/978-3-642-03781-8_14

SCHERPEREEL, John A.; WOHLGEMUTH, Jerry; SCHMELZINGER, Margaret. The Adoption and Use of Twitter as a Representational Tool among Members of the European Parliament. *European Politics and Society*, [S. l.], v. 18, n. 2, p. 111–127, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/23745118.2016.1151125>

SETÄLÄ, Maija; GRÖNLUND, Kimmo. Parliamentary websites: Theoretical and comparative perspectives. *Information Polity*, [S. l.], v. 11, n. 2, p. 149–162, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.3233/IP-2006-0095>

SHAHIN, Jamal; NEUHOLD, Christine. “Connecting Europe”: The Use of ‘New’ Information and Communication Technologies within European Parliament Standing Committees. *The Journal of Legislative Studies*, [S. l.], v. 13, n. 3, p. 388–402, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13572330701500854>

SMITH, C. The Scottish Parliament: [Re-]shaping parliamentary democracy in the information age. *Parliamentary Affairs*, [S. l.], v. 52, n. 3, p. 429–441, 1999. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/pa/52.3.429>

SMITH, Colin; WEBSTER, C. William R. The emergent ICT culture of parliamentarians: The case of the Scottish Parliament. *Information Polity*, [S. l.], v. 13, n. 3,4, p. 249–273, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.3233/IP-2008-0152>

SOBACI, Mehmet Zahid (org.). *E-Parliament and ICT-Based Legislation*. [S. l.]: IGI Global, 2012 a. E-book. Disponível em: <https://doi.org/10.4018/978-1-61350-329-4>.

SOBACI, Mehmet Zahid. Worldwide Diffusion of E-Parliament within the Framework of Policy Transfer. In: SOBACI, Mehmet Zahid (org.). *E-Parliament and ICT-Based Legislation*. [S. l.]: IGI Global, 2012 b. p. 51–62. Disponível em: <https://doi.org/10.4018/978-1-61350-329-4.ch004>

STEINFELD, Nili; LEV-ON, A. MPs on Facebook: Differences between Members of Coalition and Opposition. *Digital Government: Research and Practice*, [S. l.], v. 1, n. 2, 2020.

STRAUS, Jacob R. et al. Communicating in 140 Characters or Less: Congressional Adoption of Twitter in the 111th Congress. *PS: Political Science & Politics*, [S. l.], v. 46, n. 01, p. 60–66, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S1049096512001242>

SVENSSON, Jakob; LARSSON, Anders Olof. Interacting with Whom? *International Journal of E-Politics*, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 1–15, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.4018/IJEP.2016010101>

TAYLOR, J.; BURT, E. Parliaments on the Web: learning through innovation. *Parliamentary Affairs*, [S. l.], v. 52, n. 3, p. 503–517, 1999. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/pa/52.3.503>

UMIT, Resul. With Happiness and Glory, from your MP: The Use of e-Newsletters in the UK Parliaments. *Parliamentary Affairs*, [S. l.], v. 70, n. 4, p. 759–779, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/pa/gsx006>

VINTAR, M.; DECMAN, M.; KUNSTELJ, M. Telematics in the service of democracy: the Slovenian parliament and other Slovenian public institutions on the Internet. *Parliamentary Affairs*, [S. l.], v. 52, n. 3, p. 451–463, 1999. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/pa/52.3.451>

WARD, Stephen J.; LUSOLI, Wainer. “From Weird to Wired”: MPs, the Internet and Representative Politics in the UK. *The Journal of Legislative Studies*, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 57–81, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13572330500158276>.

WRIGHT, Scott. Read My Day? Communication, campaigning and councillors’ blogs. *Information Polity*, [S. l.], v. 13, n. 1–2, p. 41–55, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.3233/IP-2008-0146>

XENAKIS, Alexandros; LOUKIS, Euripidis. An investigation of the use of structured e-forum for enhancing e-participation in parliaments. *International Journal of Electronic Governance*, [S. l.], v. 3, n. 2, p. 134, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1504/IJEG.2010.034092>.

YILDIZ, Mete; SUMBAS, Ahu; DEDE, Kadir. Online Presence of the Members of the Turkish Parliament. *In: E-Parliament and ICT-Based Legislation. [S. l.]: IGI Global, 2012. p. 164–179. Disponível em: <https://doi.org/10.4018/978-1-61350-329-4.ch010>*

ZITTEL, Thomas. Political representation in the networked society: the Americanisation of European systems of responsible party government? *The Journal of Legislative Studies, [S. l.], v. 9, n. 3, p. 32–53, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/1357233042000246855>*

Sobre os autores

André Rehbein Sathler

Professor do Mestrado Profissional em Poder Legislativo da Câmara dos Deputados (CEFOR-Câmara dos Deputados) e do Mestrado Profissional em Gestão Estratégica de Organizações do IESB. Economista pela UFMG, Mestre em Informática pela PUC-Campinas e em Comunicação pela UMESP, Doutor em Filosofia pela UFSCar. Atuou em vários cargos acadêmicos como Coordenador do Curso de Administração, Diretor da Faculdade de Gestão e Negócios, Pró-Reitor de Graduação e Educação Continuada e Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação na UNIMEP; Vice-Reitor - Izabela Hendrix; Diretor do Programa de Pós-Graduação e Coordenador do Curso de Mestrado em Poder Legislativo - Câmara dos Deputados. Atualmente, é consultor do projeto “Pensando o Direito” do Ministério da Justiça; da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e da *Global Partners Governance*.

Andrea Sampaio Perna

Mestre em Ciência da Informação pela Universidade de Brasília (2010) e especialista em Desenvolvimento Gerencial pela mesma universidade (2004). Especialista em Informática pela Universidade Católica de Brasília (1988). Graduada em Biblioteconomia pela Universidade de Brasília (1986). Certificação *Project Management Professional (PMP)*, pelo *Project Management Institute*. Foi coordenadora do Observatório Legislativo da Intervenção Federal na Segurança Pública do Rio (Olerj) (2018) e Diretora da Assessoria de Planejamento Estratégico e Governança da Câmara dos Deputados.

Antonio Teixeira de Barros

Docente e pesquisador do Programa de Mestrado Profissional em Poder Legislativo do Centro de Formação da Câmara dos Deputados. Pesquisador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Democracia Digital (INCT-DD). Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília (1999), com pós-doutorado em Comunicação pela Universidade Fernando Pessoa (2008). Mestre em Comunicação pela UnB (1996).

Beth Simone Noveck

Professora da *Northeastern University* (EUA), Diretora do Centro Burnes para Mudança Social e de seu parceiro, *The Governance Lab (The GovLab)*. É referência na área de iniciativas para governo aberto, atualmente Chefe do Gabinete de Inovação do governo de Nova York, tendo servido anteriormente como consultora do Conselho Digital de Angela Merkel, na Alemanha, e como a primeira Chefe do Gabinete de Tecnologia e diretora da Iniciativa de Governo Aberto da Casa Branca, no governo de Barack Obama. Recentemente, publicou o livro *Solving Public Problems: How to Fix Our Government and Change Our World* (Yale Press, 2021), nomeado como a melhor obra de 2021 pela *Stanford Social Innovation Review*.

Cristina Leston-Bandeira

Professora de política no Departamento de Política e Estudos Internacionais da Universidade de Leeds, no Reino Unido. Autora de cerca de trinta publicações sobre o relacionamento entre parlamentos e cidadãos, Leston-Bandeira é uma especialista mundial sobre o tema do engajamento político e, especificamente, das petições parlamentares. Presidente do *International Parliament Engagement Network* (IPEN).

Cristiane Brum Bernardes

Docente e pesquisadora do Mestrado em Poder Legislativo do Centro de Formação e Treinamento da Câmara dos Deputados (CEFOP). Doutora em Ciência Política (IESP), com residência Pós-Doutoral em Ciência Política (2020) na Universidade Federal de Minas Gerais (PPGCP/UFMG), e Mestre em Comunicação e Informação (UFRGS). Pesquisadora do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Democracia Digital (INCT-DD), do *Centre for Democratic Engagement* (Universidade de Leeds), da *Global Research Network on Parliaments and People* (SOAS-Universidade de Londres) e do *International Parliament Engagement Network* (IPEN).

Cristiano Ferri Soares de Faria

Professor e pesquisador do Centro de Formação e Treinamento da Câmara dos Deputados (CEFOR). Doutor em Ciência Política pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Mestre em Políticas Públicas pelo *Queen Mary College*, da Universidade de Londres, e pesquisador associado do *Ash Center for Democratic Governance and Innovation* da Universidade de Harvard (2009/10) e do *Center for Collective Intelligence* do MIT (2019/21). Realizou um pós-doutorado no programa *Algorithmic Public Spheres*, na Universidade de Hamburgo (Alemanha).

Edna Miola

Professora do Departamento de Linguagem e Comunicação e do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Governança Pública da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Doutora em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (2012), mestre em Comunicação e Cultura Contemporâneas (Universidade Federal da Bahia, 2009) e bacharel em Comunicação Social/Publicidade e Propaganda (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005). Realizou pós-doutorado na *Michigan State University* (2021-2022). Vencedora do Prêmio Capes de Tese em Ciências Sociais Aplicadas I (2013) e premiada com menções honrosas no Prêmio Compós de Tese e no Prêmio Adelmo Genro Filho de Pesquisa em Jornalismo da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo. Coordena o Grupo de Pesquisa Discurso, Comunicação e Democracia (DISCORD/UTFPR); é integrante Grupo de Pesquisa em Política e Novas Tecnologias (PONTE/UFPR) e do grupo de pesquisa Estudos em Comunicação Organizacional (UTFPR). Atua nas áreas de comunicação política, cibercultura, comunicação governamental e opinião pública, governança pública, democracia digital.

Francisco Paulo Jamil Marques

Professor e pesquisador da Universidade Federal do Paraná. Atua como docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PP-GCOM) e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP) da UFPR. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. Editor Associado do

Journal of Communication (Oxford University Press). Atuou como Pesquisador Visitante na *Michigan State University*. Líder dos Grupos de Pesquisa Comunicação, Política e Tecnologia (PONTE/UFPR) e Discurso, Comunicação e Democracia (DISCORD/UTFPR). Tem publicações em diversas revistas internacionais, a exemplo de *Journal of Communication*, *Digital Journalism*, *Journalism*, *Journalism Studies*, *Journalism Practice*, *Annals of the ICA*, *Policy & Internet*, dentre outras. Atua na área de Comunicação, Política e Tecnologia, examinando os seguintes temas: e-Transparência, Democracia Digital, Jornalismo Político, Teoria Democrática, Deliberação Pública, Participação Política e demais aspectos relacionados à Opinião Pública.

Francisco Soto

Professor Associado do Departamento de Direito Público da Universidade do Chile. Bacharel, mestre e Doutor em Direito. Pesquisador do Grupo de Ciências Jurídicas e Políticas do Fundo Chileno de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FONDECYT), e do Grupo de estudos sobre Democracia e Constitucionalidade (GEDECO), da Universidade de Barcelona. Integrante do Conselho de Observadores do Processo Constituinte (2016-2017) e do Conselho #Nuestraconstitución (2015-2016) da Fundação Democracia e Desenvolvimento.

Isabele Batista Mitozo

Professora do Departamento de Ciência Política e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais. Docente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Maranhão. Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná, com estágio de pesquisa na Universidade de Leeds, Reino Unido. Líder do Grupo de Pesquisa em Democracia e Comunicação Digital (DECODE/UFMG). Pesquisadora associada ao Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Democracia Digital (INCT-DD) e ao International Parliament Engagement Network (IPEN). Foi Presidente da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (COMPOLÍTICA) no biênio 2021-2023.

Luciana Fernandes Veiga

Professora Titular da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e bolsista Produtividade de Pesquisa do CNPq. Tem graduação em Comunicação Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF, mestrado e doutorado em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro – IUPERJ, e estágio de pós-doutorado no Centro de Estudos da Democracia na Universidade da Califórnia - Irvine. Atuou como professora visitante na Universidade de Granada - Espanha em 2021. Presidiu duas associações acadêmicas: a Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (COMPOLÍTICA) no biênio 2011-2013, e a Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) no biênio 2020-2022.

Malena Rehbein Sathler

Analista legislativa na Câmara dos Deputados, onde trabalha como jornalista e assessora técnica. Professora do Mestrado em Poder Legislativo do CEFOR. Doutora em Ciência Política pelo IESP-Uerj (2011). Mestre em Relações Internacionais e Teoria Política Contemporânea no Centro de Estudos para a Democracia da Universidade de Westminster/Londres (2003) e em Comunicação pela Universidade de Brasília (1997). Graduação em Comunicação Social - habilitação Jornalismo - pela Universidade de Brasília (1994). Tem experiência na área de Ciência Política e Jornalismo, atuando principalmente nos seguintes temas: democracia, mídia/política, jornalismo político, participação e representação política, democracia digital, corrupção.

Maria Alejandra Nicolás

Docente da área de Administração Pública e Políticas Públicas e do Mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Doutora e Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Especialista em Gestão de Programas, Projetos e Políticas Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR). Graduada em Ciência Política pela Universidade de Buenos Aires (UBA). Tem experiência na área de políticas públicas e governo eletrônico. Integrante do Centro de Pesquisas Econômicas e Aplicadas (CEPECON) e do Núcleo de Economia e Políticas Públicas (UNILA).

Michelle Cristina de Souza Silva

Servidora da Câmara dos Deputados atuando em liderança partidária, com quase 20 anos de serviço público. Especialista em Direito e Ciência Política pelo CEFOR-Câmara dos Deputados (2018), e em Direito Público pelo Instituto *Processus* (2009). Formada em Direito pelo UniCEUB (2003), cursou U.S. *Legal Studies na University of Southern California* (2019/2020). Atualmente, cursa o Mestrado Profissional em Poder Legislativo no CEFOR-Câmara dos Deputados, com previsão de término em 2023.

Nelson Gomes dos Santos Filho

Analista Legislativo da Câmara dos Deputados, ocupando a função de Diretor do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (CEFOR). Professor e pesquisador vinculado ao Mestrado Profissional em Poder Legislativo do CEFOR. Doutor em Administração pela Universidade Federal da Bahia (2009) e Mestre em Administração pela mesma Universidade (2002). Graduação em Engenharia Civil pela Universidade Católica do Salvador (1995), atuando principalmente nas seguintes áreas temáticas: administração pública, gestão de organizações públicas, políticas públicas, estudos organizacionais e gestão de pessoas.

Sérgio Soares Braga

Professor Associado nível 4 do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Pesquisador do Instituto Nacional em Ciência e Tecnologia em Democracia Digital (INCT-DD) e Bolsista de Produtividade em Pesquisa nível 2 no CNPQ. Bacharel em Ciência Política pela Unicamp e em Ciências Econômicas pela UFPR, com mestrado em Ciência Política e doutorado em Desenvolvimento Econômico, ambos pela UNICAMP. Fez estágio pós-doutoral no *Institute of Communication Studies* da Universidade de Leeds. Coordenador do Grupo de Trabalho “Ciberpolítica, ciberativismo e cibercultura” da ANPOCS entre 2010 e 2015, e do GT Internet e Política da COMPOLÍTICA entre 2015 e 2019. Já atuou como coordenador (2017-2019) e vice-coordenador (2021-2022) do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFPR.

Sivaldo Pereira da Silva

Professor da Faculdade de Comunicação e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília (UnB). Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia (UFBa), com estágio doutoral na University of Washington (EUA) e pós-doutorado no Centro de Estudos Avançados em Democracia Digital e Governo Eletrônico (CEADD-UFBa). Foi professor visitante na *Technische Universität Dortmund* (Alemanha), onde desenvolveu pesquisa de pós-doutorado no *Erich-Brost-Institut* (2021-2022). Atuou também como consultor ou pesquisador em organizações como Unesco, Ipea e Ministério da Cultura. É pesquisador do Instituto Nacional em Ciência e Tecnologia em Democracia Digital (INCT-DD) e coordenador do Centro de Estudos em Comunicação, Tecnologia e Política (CTPol-UnB).

Wilson Gomes

Professor Titular e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas da Universidade Federal da Bahia. É graduado, mestre e doutor em Filosofia (*Universitas a Scte. Thomae*, Roma) e graduado em Teologia (*Universitas Gregoriana*, Roma). Autor de *Transformações da política na era da comunicação de massa* (2004), *A democracia no mundo digital* (2018) e *Crônica de uma tragédia anunciada: Como a extrema-direita chegou ao poder* (2020) e mais sete livros. Coordenador do Instituto Nacional em Ciência e Tecnologia em Democracia Digital (INCT-DD). Referência nacional na área de estudos em Democracia Digital.

Yanina Welp

Pesquisadora do *Albert Hirshman Centre on Democracy* e ex-diretora do Centro de Estudos em Democracia da Universidade de Zurique (Suíça). Doutora em Ciência Política pela Universidade Pompeu Faibra (Espanha). É uma das fundadoras da Rede de Politólogas e referência na área de inovações democráticas e participação cidadã na América Latina, tendo recentemente publicado o livro *The will of the people. Populism and citizens participation in Latin America* (2022).

A Editora UnB é filiada à



Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

Este livro foi composto em Frutiger e Baskerville.

Qualquer análise sobre o cenário institucional e político do Século XXI precisa levar em conta que o uso da internet pelos atores políticos é uma realidade em ascensão na maioria dos países. Em relação ao Parlamento, instituição central das democracias representativas conforme as conhecemos, as perspectivas e tendências seguem a mesma direção. Representantes, atores institucionais, cidadãos e organizações da sociedade civil estão engajados no uso de diferentes plataformas, com interesse específico de influenciar as decisões políticas, em um processo que os estudos chamam de “Democracia Digital”.

Nas duas últimas décadas, a aceleração dos processos de digitalização da esfera política em todo o mundo, especialmente com o ingresso dos atores políticos e das instituições no ambiente das mídias sociais, criou novas complexidades para o relacionamentos entre as casas legislativas e os cidadãos. Esse é um dos focos desta publicação, que tematiza diferentes aspectos dos processos de digitalização no ambiente institucional representativo.